

SESSÕES DO PLENÁRIO

13ª Sessão Especial da Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 05 de junho de 2008.

PRESIDENTE: DEP. NELSON LEAL “AD HOC”

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão especial em comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente, proposta pela Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos da Assembléia Legislativa.

Convido para compor a Mesa o Exmº Sr. Secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, neste ato representando o governador Jaques Wagner, Dr. Juliano Souza Matos. (Palmas). Convido o Sr. Superintendente do Ibama da Bahia, Dr. Célio Costa Pinto. (Palmas). Convido o Sr. Diretor-Geral da Superintendência de Recursos Hídricos, Dr. Júlio Rocha. (Palmas). Convido o Sr. Coordenador da Comissão de Meio Ambiente da FIEB, Dr. Irundi Edelweiss. (Palmas). Convido a Srª Diretora do Centro de Recursos Ambientais, CRA, Drª Elizabeth Wagner. (Palmas). Convido o Sr. Coordenador do Germen, José Saraiva.

Quero registrar as honrosas presenças dos deputados Ferreira Ottomar e Fátima Nunes. Por aqui também passaram os deputados Adolfo Menezes, Antônia Pedrosa, Elmar Nascimento, Gaban, Gilberto Brito, José Nunes e Roberto Carlos.

Secretário, eu quero agradecer a V.Exª por, mais uma vez, estar aqui na Assembléia, em especial aceitando um convite da Comissão de Meio Ambiente. Eu tive uma felicidade muito grande em encontrar a figura do Dr. Juliano Matos à frente da Semarh. Nós tivemos a oportunidade de desenvolver inúmeros trabalhos e tenho certeza que todos esses trabalhos, ou boa parte desses trabalhos que nós conseguimos desenvolver, foi porque contamos com a parceria efetiva de todo o sistema Semarh. E eu espero, secretário, que essa nossa parceria seja longa e que nós, nesses próximos anos, continuemos com essa integração entre a Assembléia Legislativa e a Secretaria.

Aqui, secretário, inaugura-se um novo tempo. Pela primeira vez nós estamos recebendo, no Plenário desta Casa, a Casa do povo baiano, no dia 05 de junho, um secretário de Estado. É mais um paradigma que V.Exª quebra, e todos nós temos esse orgulho de saber que a Secretaria..., e quero estender os meus elogios a todos os demais órgãos, agradecer muito a um grande parceiro, que tem sido nosso gigante, Célio, que sempre nos tem dado o prazer da sua participação, criando e ajudando esta comissão a desenvolver os trabalhos.

Senhoras e senhores, quero agradecer a honrosa presença de todos. (Lê) *O Dia Mundial do Meio Ambiente é comemorado nesta data e foi recomendado pela*

Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, realizada em 1972, em Estocolmo, na Suécia e a partir de maio de 1981 o governo brasileiro também decretou, no território nacional, a Semana Nacional do Meio Ambiente. Em celebração a esta data, a Comissão de Meio Ambiente, Seca e Recursos Hídricos da Assembléia Legislativa da Bahia está promovendo esta sessão especial com a honrosa participação do secretário Juliano Matos, da Dr^a Elizabeth Wagner, de Dr. Júlio Rocha”, ambos grandes parceiros também. Quando elogiei o secretário, elogiei todo o sistema Semar. Isso compreende também a figura de Dr^a Elizabeth Wagner, dirigente de órgãos que mais se fez presente na Assembléia nesse último ano e meio de governo.

Dr. Célio Costa Pinto do Ibama, nosso amigo Saraiva, do Germen, Dr. Irundi Edelweiss, outro parceiro também que tem sido a FIEB. Já tivemos a oportunidade aqui de fazer um evento com a Câmara Federal, e no dia 17 vamos estar fazendo sobre corais e tenho certeza de que V.Ex^a estará aqui na Casa, participando, como sempre, dos nossos eventos.

“A preocupação com a conservação da natureza vem se acentuando nos dias atuais em função das atividades humanas, as quais têm ocasionado sérios problemas de degradação ambiental, a ponto de comprometer, caso não sejam tomadas medidas emergenciais, os recursos naturais, as condições de vida e, conseqüentemente, não tenho a menor dúvida, o próprio futuro do planeta.

Na Bahia, não poderia ser de outra forma, estamos todos preocupados e buscando formas de melhorar a gestão do meio ambiente tanto com ações de cunho jurídico-administrativo, desburocratizando e simplificando procedimentos, como também na proposição de alternativas tecnológicas (como a coleta e uso de água de chuva, reúso de efluentes, energia solar), e mecanismos gerenciais que de fato resultem no uso mais racional de nossos recursos naturais, combatendo os desperdícios.

Da mesma forma, consideramos prioritário que as ações de educação ambiental estejam sintonizadas com a necessidade de maior consciência da população, geradora de uma mudança de paradigma por um desenvolvimento econômico e social em maior harmonia com a natureza e que não deixe as chamadas pegadas ecológicas, em prejuízo das próximas gerações. É necessário, portanto, agir logo, levando essas informações principalmente às escolas, no ensino formal, onde o efeito multiplicador é enorme junto principalmente às crianças.

A negligência no trato dessas questões passa, por exemplo, pelo impacto negativo na saúde da população como ocorre com o saneamento básico, cuja ausência traz conseqüências danosas à qualidade das águas e ao controle das chamadas doenças de veiculação hídrica como a dengue, as diarreias, a febre amarela, o tifo, a hepatite e, ainda, a leptospirose que ainda mata por falta de acondicionamento adequado e coleta de resíduos sólidos, inclusive na Bahia.

Precisamos, sim, preservar também nossas florestas nativas ainda utilizadas como “insumo” para viabilizar a sobrevivência de pequenos negócios de panificação

e olaria, dentre outros... mas precisamos apontar alternativas viáveis com tecnologias limpas e que adotam energia renovável. Reduzir o desmatamento na Bahia passa também por uma estrutura de fiscalização mais intensa, com maior participação do governo e da sociedade.

Desse modo, senhoras e senhores, e sem mais delongas, estamos felizes com a presença de todas as autoridades e personalidades da sociedade civil, do setor empresarial, envolvidas com esses temas, para que juntos possamos comemorar esta data debatendo e contribuindo com a consolidação das bases de uma política pública responsável e que, felizmente, tem ganho continuada importância e prioridade na agenda do desenvolvimento em nosso Estado.

Assim, teremos hoje a oportunidade de conhecer e debater os avanços e dificuldades encontrados nessa atual administração do poder executivo, aqui representado pelo Secretário Juliano Matos e toda sua equipe, permitindo que possamos apreciar um 'balanço geral' das ações daquela pasta frente à gestão do meio ambiente na Bahia, dos desafios enfrentados para uma efetiva implantação dos diversos instrumentos de gestão adotados.

Aproveitamos a oportunidade para assumir, de público e nesta data especial, nosso compromisso, assumido por mim e pelos nossos companheiros parlamentares, lançando um importante Fórum de debate ambiental neste Poder Legislativo que consiste na criação da Frente Parlamentar Ambientalista da Assembleia Legislativa da Bahia.

Sr^{as} e Srs: esta Frente estará, a partir desta data, agregando todos os deputados interessados na questão ambiental em nosso Estado, ampliando a discussão de temas que possam contribuir com a eficácia dos instrumentos de gestão do meio ambiente. Esperamos, portanto, contar com a inscrição do maior número possível de parlamentares integrando esta Frente, que já conta com seu Estatuto definido e pronta para iniciar os trabalhos, com a formação de sua Assembleia Geral e do seu Conselho Executivo.

Nesta Frente serão debatidas, por exemplo, questões de relevância mundial como as mudanças climáticas globais e seus reflexos na escassez de água no semi árido baiano e questões de interesse local e regional como o impacto ambiental de grandes empreendimentos

industriais, minerais e de infra-estrutura em nosso estado, visando contribuir com o exercício da democracia e da cidadania frente a essas questões que a todos afligem, na busca do desenvolvimento social e econômico fundamentado em sólidos princípios de responsabilidade ambiental, mudando paradigmas e demonstrando que a QUALIDADE DE VIDA inclui e engloba a preservação de nosso patrimônio natural.

Como ação inicial desta Frente, Sr. Secretário, gostaríamos de reafirmar nossa expectativa para a efetiva implementação do Zoneamento Econômico Ecológico...” Sei das dificuldades que V.Ex^a sempre tem nos exposto, mas enxergamos o zoneamento econômico ecológico...

(Lê) “(...) no Estado da Bahia como instrumento fundamental de planejamento para o desenvolvimento sustentável e gerenciador de potenciais conflitos, tão comuns na gestão do meio ambiente. Sabemos que nas regiões do Extremo-Sul, Oeste e Litoral Norte os trabalhos estão avançados e colocamos a Frente Parlamentar e a Comam, Comissão do Meio Ambiente, à disposição do Poder Executivo para colaborar na discussão deste ZEE e, também, do ICMS ecológico, que já nos parece maduro para decisão e implementação.

Portanto, Sr^{as} e Srs., agradeço mais uma vez a presença de todos e passo a palavra, para conclusão dos trabalhos, ao Secretário Juliano Matos.”

O Sr. PRESIDENTE (Juliano Matos):- Boa-tarde a todas, boa-tarde a todos, deputado Nelson Leal, presidente dessa comissão tão importante e com quem dialogamos ao longo de 2007 com muita intensidade, nós e o sistema Semar estivemos realmente muito presentes na Assembléia, juntamente com a Beth, o Júlio, o Matedi, o Marcos, hoje aqui representado pelo Plínio, certamente o Célio também esteve muito presente. Essa comissão preservou uma dinâmica tradicional, sempre muito combativa, com o companheiro Zilton e também com os deputados Nelson Leal e Zé Neto.

Antes de mais nada quero fazer um agradecimento aos deputados da Assembléia que aprovaram um projeto, um novo projeto do sistema Semar. Estamos hoje aqui de casa nova, estamos de sistema novo, um novo sistema Semar, um sistema que foi resultado, deputados, platéia e toda a Mesa, dum ano de diagnóstico profundo, ou seja, conhecendo como a máquina funciona, sabendo dos seus limites, pontos fracos e planejando o aperfeiçoamento necessário para que ela respondesse às questões do Estado neste momento, do ponto de vista da consolidação de um sistema que nos dê segurança jurídica máxima, mas também segurança técnica e ecológica, para que consigamos dar uma resposta a um só tempo compartilhada e mais efetiva, dialogando com outras pastas do governo, fazendo parte do planejamento e desenvolvimento estaduais.

Então essa nova estrutura - vou só mencionar aqui alguns destaques - incorpora, por exemplo, a Cerb como Companhia de Engenharia Ambiental, isto é, a identidade institucional da Companhia de Engenharia Rural da Bahia se amolda, conforma-se ao próprio sistema de forma muito contundente e marcante. Agora é uma companhia de engenharia ambiental. Isso permitirá, por exemplo, à Cerb atuar na área de energia alternativa - solar, eólica e também em algumas áreas da energia elétrica de forma geral. Temos aí certas barragens que serão operadas pela empresa com a possibilidade real de aproveitamento para fazer pequenos PCH's. Enfim, ela vai ampliar a sua capacidade de atuação.

Algo semelhante acontece com o Ingá, antigo SRH, que agora passa a ser instituto. Evidentemente, do ponto de vista institucional, um instituto também é um ganho muito grande, uma conformação que permite um diálogo muito mais aprofundado e mais interessante com outros fatores não só do campo e da área ambiental, mas igualmente de outros setores da sociedade. O instituto dialoga mais,

tem uma abertura, a capacidade de se envolver com projetos de diferenciados matizes e de pesquisas da atividade-fim da própria secretaria. É o caso do próprio CRA, que passa a ser um instituto do meio ambiente. E aí, a um só tempo, retiramos as palavrinhas recurso ambiental e recurso hídrico, que eram um condicionamento muito importante quando esses órgãos surgiram. Essa era a perspectiva que hoje se transformou, ou seja, quando você traz essa carga, essa marca simbólica de recurso, ao olhar para o patrimônio natural, para a própria água, só tem esse olhar de recurso. Quando você olha para um rio e só vê ali única e exclusivamente água para irrigação ou para fazer reserva para gerar energia elétrica, está simplificando bastante a complexidade desse patrimônio.

No caso dos recursos naturais, de forma mais ampla algo semelhante também acontece, isto é, existe aí um patrimônio natural que, antes de mais nada, é patrimônio, pertence a todos. Enfim, há uma função ecológica que certamente impacta, qualifica e melhora a qualidade da vida de todos nós. Então transformamos também neste contexto um novo olhar institucional sobre essas competências, o que - esperamos - deve também renovar o modo de essas instituições operarem.

O último destaque vai para o nome da secretaria, que passa a se chamar Sema. É importante termos recuperado aquela dimensão em que o meio ambiente engloba todo o universo na área ambiental. Não deixa de ser todo o universo em outro sentido, não. Enfim, a área ambiental compreendendo aí as questões da água, da engenharia ambiental, um braço operacional ativo, o próprio CRA. Temos a Superintendência para o Desenvolvimento Sustentável, que agora também incorpora novas diretorias. Mas aí é um detalhamento de regimento interno. Certamente vamos externar... É até uma sugestão, deputado, podemos realizar. E aí eu converso com o Júlio, a Beth, o Marcos e o Matedi para que venhamos a fazer a apresentação do sistema de maneira mais detalhada, com as diretorias e as coordenações, porque existiram alguns avanços interessantes nesse campo. Matedi vai falar aqui, vou passar-lhe a palavra daqui a pouco. E ao Plínio, que está com o Marcos. Estou me referindo aos dois porque são vinculados diretamente à secretaria, por exemplo, mas existe uma Diretoria de Cidadania Ambiental, existem novas perspectivas dentro dessas estruturas e estão bem interessantes. Por exemplo: existe uma Diretoria de Unidade de Conservação e existem duas coordenações: uma para proteção integral e outra de uso sustentável, à semelhança do Instituto Chico Mendes, por exemplo, modelo que já deu uma referência de êxito, com quem consultamos, inclusive, no governo federal. Enfim, esse detalhamento, certamente, deputado, deverá ser objeto de uma sessão da comissão. Acho muito importante trazermos essa nova perspectiva, essa nova estrutura que se instala, e quero agradecer a todos os deputados pela aprovação da lei.

Bom, esse é um campo em que nós não cessamos de nos aperfeiçoar. São as respostas reais, as respostas concretas, é toda a dimensão operacional do que estamos precisando, evidentemente. Mas existe um outro campo, e temos falando muito nele hoje, eu já venho aqui particularmente com a Bete, Matedi e Júlio também, em Barreiras, e estamos assim acalentando, dando muita atenção a um debate também

mais conceitual. Estamos trazendo para o debate, hoje, dia de reflexão da área de uma forma geral, esse debate, deputado, e evidentemente esta Casa tem um papel fundamental, é a Casa das idéias, da palavra, da discussão, a Casa da reconstrução de sentido, de significados. Enfim, é evidente que passa pela Assembléia Legislativa toda essa dinâmica que, na realidade, é criar uma nova compreensão, uma nova concepção do que significa civilização, do que significa humanidade.

O próprio conceito de natureza temos que redimensioná-lo, reaprender esse conceito, conceito de desenvolvimento, conceito de progresso. Vejam que são conceitos que estão nos ajudando a articular soluções e a formular políticas, mas são conceitos que estão funcionando no seu limite semântico, se é possível dizer isso. Evidentemente, isso nos dá também limite cognitivo. Não vamos conseguir ir além desses conceitos se não pararmos para rediscuti-los com profundidade.

A nossa compreensão está limitada a conceitos, que, não vamos nos esquecer, foram formados, formalizados, utilizados, produziram sentido, vamos colocar assim, ao longo de todo o século XIX. Esses conceitos, sou muito cético para dizer o mínimo com relação à capacidade que esses conceitos vão ter de nos guiar, nos orientar, para estar transformando essa realidade. Acho que temos de nos reapropriar desses conceitos, fazer uma ampla discussão, e aí me permita, com contribuição das ciências humanas, de uma forma muito intensa. Vamos precisar de filosofia, antropologia, sociologia, das próprias ciências naturais.

Acho que vivemos um momento onde o limite de um paradigma se revela e se mostra com uma intensidade muito grande. Paramos para ver e, às vezes, não percebemos na área ambiental uma contradição permanente, a qual se repete, permitam-me pelo menos da psicanálise usar a minha formação um pouquinho, porque afinal de contas passei muito tempo fazendo isso. Em psicanálise, o que se repete é o sintoma. Se esse contraditório não cessa, ele se repete, se repete, se repete, existe alguma coisa errada.

Não estamos conseguindo nos comunicar, não estamos conseguindo nos entender, não estamos conseguindo compartilhar nem conceitualmente, nem cognitivamente uma descrição da realidade. Não conseguimos compatibilizar uma perspectiva comum. Resultado: caímos, aí, talvez no pior dos mundos, que é o mundo do caso a caso, do varejo interminável e que não consegue fazer regra nenhuma mais geral e mais ampla se estabelecer e se consolidar.

Essas reflexões sobre a área temos feito no próprio sistema e estamos tentando buscar soluções de como encontrar espaços, encontrar coletivos capazes de fazerem essa reflexão com profundidade, claro que um coletivo muito diverso.

Encontramos muita falta de sensibilidade, historicamente, em diversas áreas. Por exemplo, discutimos recentemente, inclusive a SRH fez um evento bem interessante sobre o assunto, a questão do racismo ambiental ou da justiça ambiental de forma mais ampla. É um conceito que, dizíamos à época, tem que ser amadurecido com urgência. Esse conceito tem que estar presente em todas as áreas, não só na área governamental, mas na sociedade de forma geral. É um conceito que tem que ganhar a

sociedade civil. Ele tem que amadurecer, tem que ser muito comum a utilização desse conceito, que tem que ser apropriado com diversas lutas, com diversas questões e problemas que são tratados em todo o País, em todo o mundo.

Existem discussões das populações tradicionais, evidentemente, que têm uma contribuição significativa a nos dar efetivamente. A própria nova organização burocrática tem a compreensão do que significa política ambiental no sentido de que a política tem, sim, que ter um vetor de criar alternativas, de estimulá-las, de encontrar soluções. É uma área que carece muito ainda de formulação nesse sentido. Está caminhando agora.

Lembro-me que, no início do governo, Bete já sinalizava com essa perspectiva quando discutia... Curiosamente, Bete, agora, no almoço com a Danielle Miterrand, viúva de François Miterrand, que esteve aqui, ela veio falando exatamente o que discutimos no início do governo, ou seja, precisamos “reparametrizar”, precisamos de novos parâmetros para que consigamos fazer novas leituras, novos indicadores para que saibamos se as nossas políticas estão tendo êxito ou não.

Não dá para funcionar só em termos de PIB, por exemplo, não dá para pensar em crescimento só em função do PIB. Existe um cálculo que se faz que é interessante. Esse indicador, o Índice de Desenvolvimento Real, leva em conta uma série de passivos do progresso tradicional, ou até conservador, que vem tocando o nosso desenvolvimento há mais de 200 anos.

Então, na realidade ou “reparametrizamos” para ter uma leitura da realidade e procurarmos nos ajustar... É o *feedback* permanente, continuado, se estamos acertando ou não. Esses indicadores têm que nos dar, evidentemente, informações muito seguras, consistentes para que consigamos avançar de fato.

Paralelamente a toda essas nossas constatações e reflexões aqui no dia de hoje, existe também o mundo real, que não pára de acontecer e de demandar soluções urgentes, imediatas. E esse é um esforço gigantesco que com essa reforma, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, esperamos muito que consigamos estar, sim, dando um passo muito significativo para a transformação do meio ambiente em nosso Estado.

Acho que ainda iremos conversar bastante ao longo da tarde.

Quero, mais uma vez, agradecer e já, de pronto, passar a palavra para o nosso José Saraiva, coordenador do Germen.

Muito obrigado. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Nelson Leal):- Com a palavra o Sr. José Saraiva.

O Sr. JOSÉ SARAIVA:- Boa-tarde, senhoras e senhores, é um prazer enorme estar nesta Casa Legislativa onde as idéias fluem, as leis ocorrem e os parâmetros são “reparametrizados”.

O nosso movimento já tem um certo tempo de existência. Finalmente, com o cessar do regime militar e a ampliação da cidadania, a cada dia que passa nossos baianos, nossos seres humanos estão ganhando espaço e força. Por outro lado, as leis

também vão se incorporando a esse novos ganhos, e, neste momento, estou parabenizando o autor da idéia de se avançar no processo legislativo sobre a reforma do Estado para criar novas diretrizes e novas missões para as instituições.

Lembro que, há cerca de quatro anos, foi criada a Semah, num grande momento, em que foi dado um grande salto, porque era uma secretaria em que atributos de várias outras foram incorporados a ela, e isso já foi um grande ganho. Agora subimos mais um degrau, com nova amplitude, até porque a criação de institutos é muito animadora, proativa, pois valoriza também o servidor público.

Tenho a impressão de que os servidores dos institutos passam a receber mais proventos, e isso estimula uma carreira profissional, o que facilita o exercício da profissão com mais zelo. Quero dizer que, muitas vezes, licenciamos, mas às vezes erramos e pecamos na fiscalização. Então ao não-estimular o funcionário a receber um provento melhor, ele pode ter uma tentação de receber alguns estímulos externos para não fiscalizar ou fazer de conta que...

Parabenizo o fato desse novo salto ter sido dado, o que qualifica o servidor público, o que é muito importante. Estou aqui na condição de membro da sociedade civil, e não dos servidores públicos. Fico feliz, porque isso faz com que nossa cidade seja mais cobrada, mais vigiada e haja mais rigor no exercício da profissão. Queria lembrar isso, porque esse é um dos motivos ruins, digamos assim, nessa situação em que vivemos na sociedade de uma maneira geral. É que o planeta, como um todo, está se urbanizando muito rápido, e estamos crescendo muito em termos de quantidade de gente – são mais de 6 bilhões de habitantes, e mais de 80% dele urbanizado, quer dizer, com a população morando em cidades. Então temos vários verbos mal conjugados no viver na cidade.

Sou arquiteto de formação, e os urbanistas, na década de 30 se reuniram, em Atenas, Grécia, e mostraram que quatro verbos precisam ser conjugados para se viver bem numa cidade. Primeiro, é o verbo habitar ou verbo morar. Sem casa, sem abrigo – pois todo animal precisa de uma toca, de aconchego - não se vive bem. Aqui em Salvador, por exemplo, temos um *deficit* habitacional de 100 mil unidades. O segundo é o verbo trabalhar, pois, sem um emprego, um lugar para o ganha-pão, não se vive. O terceiro é o verbo circular, isto, é preciso que todos tenham boa acessibilidade aos locais. E o quarto é o verbo recriar, ou seja, ter o lazer, no caso, as áreas verdes, os espaços abertos.

Estou dando todos esses detalhes para mostrar que essa sessão começou um pouco tarde, porque, provavelmente, ficamos engarrafados, ou seja, a cidade precisa ter escapes, circulações mais rápidas, e não ficarmos num único *modus*. No nosso, caso estamos mais em carros particulares, mas a grande maioria é dependente do transporte coletivo, é muito mal servida de ônibus, e temos que ver outras opções sobre trilhos, por exemplo, com ciclovias, calçadas largas e diminuição das distâncias, porque se perde muito tempo se deslocando.

Estou lembrando isso, porque hoje é o Dia Mundial do Meio Ambiente. Foi-me dada a palavra, e queria fazer um geral, porque temos várias nuances na questão

ambiental, e uma delas é porque o nosso Estado é muito grande. Temos quatro biomas, uma caatinga, serrado, mata atlântica e o costeiro marinho. A maior costa atlântica da República Federativa é a da Bahia, mas existem municípios cuidando muito mal do nosso litoral, drenando para os mares muito lixo químico e industrial. Em outras palavras, a lei federal de gerenciamento costeiro precisa ser mais aplicada aqui. Temos de provocar para que o Estado tenha uma maior interação com a República.

Não sei como vai ser o andamento desta sessão. Teremos debate e diálogo? Como é? Em princípio, estou soltando as minhas primeiras conjecturas, lembrando de que precisamos ser ágeis, no sentido da velocidade, tendo em vista que a dinâmica é muito rápida, a sociedade está crescendo. Isso, por um lado, é positivo, mas também gera diversas necessidades, como a da habitação, o que faz com que a população, às vezes, procure lugares para morar em áreas protegidas, que precisam ser mais fiscalizadas.

Também devo lembrar de que o movimento ambientalista tem crescido e se estruturado. Finalmente, o terceiro setor tem evoluído e se organizado, quebrando algumas arestas, digamos assim. Existe até uma brincadeira que diz que todo diamante já foi uma pedra bruta; ou seja, precisamos dilapidar sempre, evoluir.

Quero dizer que existe uma liga de entidades ambientalistas que todo ano anuncia três listas: uma limpa, outra suja e uma terceira purgatória. As deste ano serão lançadas no final da semana. E eu já vou satisfazer um pouco a curiosidade, lembrando que na lista limpa se encontra essa mudança do Sistema de Meio Ambiente. A própria gestão ambiental compartilhada, que antes, no ano passado, estava no purgatório por causa de um pouco de inação, desta vez passou para o lado bom.

Lembro que continua no purgatório o Zoneamento Ecológico Econômico, que está muito lento no Estado. As demandas empresariais são muito fortes, e por não acontecerem planos de manejo nas unidades de conservação, são permitidos certos absurdos que precisam ser requalificados, urgentemente, para não se tornarem, digamos assim, irreversíveis.

Agradeço e estou aqui para qualquer coisa. (Palmas)
(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Juliano Matos):- Muito obrigado, José Saraiva, coordenador do Germen.

Com a palavra o Dr. Irundi Edelweiss, coordenador da Comissão de Meio Ambiente da FIEB.

O Sr. IRUNDI EDELWEISS:- Com a devida permissão, Sr. Presidente, em primeiro lugar, gostaria de cumprimentar, em nome da FIEB, Federação das Indústrias do Estado da Bahia, o deputado Nelson Leal, presidente da Comissão de Meio Ambiente desta Casa, e os demais deputados por reservarem este espaço nobre para uma homenagem ao Dia do Meio Ambiente, data tão importante para todos.

Em segundo lugar, queria cumprimentar o secretário Juliano Matos pela aprovação da nova lei, com novas designações de todos os órgãos e com uma nova estrutura para a Secretaria do Meio ambiente; cumprimento também os demais companheiros da Mesa, todos atuantes na área ambiental: Beth, Júlio Rocha, Saraiva, Célio. Saúdo-os pelo papel que desempenham na área do meio ambiente.

A minha função aqui, além de me congratular com esta Casa e agradecer o convite, é fazer uma representação do setor produtivo, caso contrário talvez ele estivesse ausente aqui desta mesa, e trazer a mensagem de que a Federação das Indústrias, por representar o setor industrial, que normalmente é considerado o vilão nessa história do meio ambiente, e nós temos aqui para trazer a mensagem de que não é inteiramente assim.

Eu presido uma comissão de meio ambiente na Federação, por conta disso sou titular do Conselho Estadual de Meio Ambiente. Ao longo de pelos menos duas gestões na Federação das Indústrias, a orientação tem sido sempre de defender o correto, o meio ambiente, é evidente que o dano não pode ser zero, porque isso não existe, mas defender aquilo que for possível. De outra forma, coisas que degradem o meio ambiente ou projetos que não são corretos do ponto de vista ambiental não recebam o apoio da Federação das Indústrias. Então, essa tem sido a posição da Federação das Indústrias no Cepram no tocante às questões do meio ambiente.

Há pouco eu disse que não pode ser absolutamente sem dano, porque, eu dizia lá fora a Saraiva, cada um de nós, individualmente, somos os vetores da poluição. Pode ser até chocante, alguns podem discordar, mas a matemática às vezes nos ensina a raciocinar por absurdo. E por absurdo, deputado, se não existíssemos, se fôssemos poucos, esta quantidade que está aqui na sala, não haveria derrubada de mata atlântica, nem da floresta amazônica, não haveria indústria, não haveria carros, não precisaríamos de fertilizante, de pesticida, nada disso. O problema não existiria.

O problema é que somos muitos. Então, há esse compromisso, em sendo muitos, a gente não pode morrer de fome, não pode ficar ao desabrigo. Temos que construir casas, deslocar-nos. Por isso digo que cada um de nós, ao comer, e para comer precisamos plantar, usar herbicidas, fertilizantes, trazemos essa carga poluidora em cada um de nós.

O sistema de qualidade, às vezes, força a gente a pensar na causa fundamental. A causa fundamental é gente, é a quantidade de gente. Volto a dizer, se fôssemos poucos o problema não existiria. Então, o papel da Federação é muito mais no sentido de tentar buscar o equilíbrio entre aquilo que todos nós desejamos. Lembro que a indústria não é uma coisa material, ela também é feita de gente, há trabalhadores, dirigentes, acionistas, que também têm suas preocupações ambientais, também têm sua sensibilidade ambiental. Com isso, o nosso papel fica muito mais no sentido de buscar esse equilíbrio entre o desenvolvimento, de um lado, e meio ambiente do outro, o que hoje em dia se chama de desenvolvimento sustentável.

De certa forma, nos sentimos invejosos com relação àqueles que estão conseguindo exatamente nesta semana fazer algum tipo de celebração.

Não estamos aparecendo, não estamos fazendo algo por excesso de carga nesta semana. Então, estamos deslocando as nossas celebrações, a nossa lembrança a todos os associados, a todos os sindicatos de empresa, indústrias dessa questão ambiental.

Devemos fazer isso em momento oportuno mais adiante. Infelizmente, saindo desse mês ambiental e do Dia do Meio Ambiente, hoje, especificamente. E espero que neste momento também tenhamos o resultado de uma pesquisa que estamos fazendo, aliás, secretário, junto com uma diretora de ...Ela nos procurou e está inserindo algumas questões na nossa pesquisa que é do interesse da Secretaria e que iremos com respostas que de um lado são as queixas, naturalmente as dificuldades que eles encontram, mas de outro também o estado das coisas nas indústrias. Não falo das grandes indústrias porque essas tem uma sensibilidade muito aguçada, atualmente, como esse é um mundo globalizado, elas não conseguem vender seus produtos se não for de forma correta, ambientalmente e socialmente adequada. Temos uma preocupação também com as pequenas. Há uma dificuldade muito grande, devo aqui dizer, em boa parte devido a carga tributária, que às vezes faz as pessoas de uma empresa mergulharem nessas questões de sobrevivência do dia-a-dia.

Com isso queremos aprender também o que elas têm de meio ambiente para que possamos orientá-los, orientar a casa e o setor sobre como inserir mais na vida, talvez, de alguns reclacitrantes, aqueles conceitos fundamentais de desenvolvimento sustentável e de proteção ao meio ambiente.

Então era isso o que eu tinha a colocar.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Juliano Matos):- Muito obrigado, Dr. Irundi.

Com a palavra o Dr. Júlio Rocha, Diretor Geral da SRH, atualmente Ingá.

O Sr. JÚLIO ROCHA:- Sr. Secretário, Presidente Nelson Leal, deputados Ferreira Otomar, Fátima Nunes, Paulo Câmara; representantes do Exército e da Marinha; diretores da Secretaria; Superintendente Matted; Dr^a Cristina Seixas, representando o Ministério Público; Roberta, minha colega da Faculdade; Dr^a Gertha, Procuradora Geral do Estado e do Conselho.

Serei bastante objetivo, pois o secretário já deu uma visão panorâmica, mas quero parabenizá-lo, deputado Nelson Leal, pela sua excelente comissão, que tem ambientalistas sensíveis e preocupados com a questão do meio ambiente e recursos hídricos da seca.

Objetivamente, o que avançamos do ano passado para este? É importante, o secretário fez um panorama geral do ponto de vista da política, o governador lançou o monitoramento das águas superficiais subterrâneas, o Programa Monitora que até 2010, Saraiva, teremos... o Monitora faz a avaliação dos 75 maiores rios do estado, a cada 3 meses os resultados estarão sendo disponibilizados. Fizemos um primeiro relatório trimestral que mostra a situação da qualidade dos nossos rios no Estado.

É um programa de extrema relevância que se segue dentro do Programa Água para Todos, da mesma forma, daqui a 60 dias vai começar com a análise do monitoramento das águas subterrâneas dos aquíferos Urucu, São Sebastião, Tucano, região de Caetité no sentido de obedecer parâmetros da resolução 357 do Conan e obter informações fundamentais do ponto de vista da qualidade das nossas águas subterrâneas.

Na região de Dom Basílio, região do deputado Nelson Leal, fizemos um esforço, a Secretaria e a SRH de resolver um problema básico de Dom Basílio com 600 irrigantes, conseguindo conceder a outorga pela primeira vez de uma forma corretiva e ao mesmo tempo acompanhando os pequenos agricultores na possibilidade de garantia dos direitos à água e garantindo uma resolução de conflito grande da região de Brumado, Livramento, que o deputado Nelson Leal tem expressa e grande votação na região. Da mesma forma, mas com um avanço importante para nós, é o Plano Estadual de Recursos Hídricos. Nós estamos revisando, temos um consultor importante, professor Lana, consultor do Plano Nacional. Estamos fazendo as diretrizes da revisão do Plano Estadual para casar justamente com o ZEE, que vai sair, uma determinação do governador, do secretário do Meio Ambiente. O ZEE, junto com o planejamento, é um instrumento importante do processo decisório de macrogestão da administração pública, até para que exista rapidez do processo administrativo, o zoneamento é um instrumento eficaz. Aliás, foi essa experiência de Minas Gerais, que tivemos recentemente, a experiência do Acre, que trouxemos, inclusive, para a Bahia no Diálogo das Águas. É muito interessante como casar um instrumento e outro porque meio ambiente é um só – água e as demais questões ambientais.

Outro elemento importante, depois de treze anos, o poder de política das águas foi regulamentado pelo Sr. Governador do Estado. Então, existe o esforço do governador e do secretário do Meio Ambiente em garantir minimamente uma estrutura de comando e controle.

Então, nós vamos, a partir deste mês agora, começar a fiscalizar o uso das águas através do instrumento da outorga.

Outro elemento importante, na gestão participativa, são os quatro novos comitês de bacia criados: o Comitê do Rio das Contas, O Comitê do Grande, Comitê do Corrente e o Comitê do Sobradinho, com eleições marcadas já para o segundo semestre. Ao todo, dez comitês estaduais, com gestão participativa integrada, garantindo, inclusive, o controle social na política das águas. Outro instrumento importante é o Fundo Estadual de Recursos Hídricos. Depois de cinco anos de criado, o governador Jaques Wagner e o secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos regulamentaram esses importantes instrumentos econômicos. E, hoje, presidente, secretário, nós recebemos da Sefaz o “o.k.” para a conta-corrente para começarmos a abrir os editais, secretário. O edital vai possibilitar o aporte de recurso para a proteção de nascentes e fontes. Vai ser um instrumento importante do ponto de vista econômico e de proteção dos nossos mananciais.

Outro ponto importante foi a regulamentação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos, hoje com 21 membros. O presidente é o secretário do Meio Ambiente. Temos, inclusive, a conselheira Gertha, aqui conosco. Temos uma intensa participação nos setores usuários, a participação da FIE, Dr. Antenor Dias, sempre muito representativa. É um agradecimento, inclusive, da Secretaria Executiva do Conselho em relação a esse papel dos mais diversos setores da sociedade civil. Pela primeira vez no Conselho de Recursos Hídricos do Brasil, nós temos participação de comunidades indígenas, quilombolas e comunidade de fundo de pasto – a titular é Cecília Tumba Lá Lá, que tem tido também uma atuação bastante atuante.

Outro instrumento importante – eu já estou finalizando – nós regulamentamos a outorga do direito do uso das águas, que é um instrumento importante, que casa com o licenciamento – Dr^a Beth Wagner vai falar daqui a pouco. Fizemos IN de critérios gerais de outorga, instrução normativa sobre outorga do PAC para comprovação de titulação de propriedade, inclusive diante dos pareceres da Dr^a Gertha, na Procuradoria, o lançamento de afluentes e barragens. Hoje, a Bahia tem um instrumento normativo que possibilita que possamos outorgar os barramentos com segurança, técnica e proteção dos nossos rios. Outra novidade também do ano passado para cá foram o Encontro pelas Águas, que reuniu mais de três mil pessoas e culminou com etapa preparatória da Conferência Estadual do Meio Ambiente, que contou com a participação de quilombolas, mulheres, povos de santo. Foi um momento importante a aproximação da política das águas com a sociedade.

Novas tecnologias também é um tema fundamental. Estou vindo de uma seminário, encerrado ontem pelo secretário Estadual de Meio Ambiente, Juliano Matos, onde foi feita uma análise profunda sobre novas tecnologias de uso de Água no Oeste, um tema importante, a região do pólo agrícola do agronegócio. A SRH nunca tinha isso. Nós nos preparamos durante este ano para ter informações e efetivar um controle melhor, mais minucioso e, ao mesmo tempo, apresentar ao setor produtivo um interesse nosso de discutir novas tecnologias de uso de água. Por exemplo, dados oficiais indicam que lá, naquela região, só na Bacia do Corrente e do Grande, onze bilhões de litros de água por dia são disponibilizados para fins econômicos. Significa que temos que controlar o uso de água, nós temos tecnologia como LEPA e outras mais avançadas. A idéia agora é que, nas próximas outorgas, além de reduzir de quatro para dois anos, nós possamos estabelecer como condicionante a melhoria gradual da sistemática de uso, evitando o desperdício que chega hoje a quase 50% da água. Então, combinar desenvolvimento sustentável com busca de tecnologias, que Dr^a Cristina Seixas tão bem trabalhou na sua dissertação de mestrado. Da mesma forma, lembrando o esforço da nova configuração do reforço da estrutura ambiental, o secretário Juliano Matos, intercedeu junto ao governador e foram autorizadas 260 vagas a serem preenchidas por concurso público para SRH, futura Inga. Acho que um passo importante nos próximos quatro anos, e 175 vagas de REDA, imediatamente para serem disponibilizadas visando reforçar a nossa estrutura

interna, que inclusive ainda conta com uma maior rapidez dos processos de outorga e um maior controle dos atos e procedimentos técnicos da área de águas.

Lembrando que vivemos num grande dilema, até conceitual, foram duas as propostas aprovadas por esta Casa: uma aprova um plano de carreira dos servidores do sistema. Isso é um avanço significativo, pois tais carreiras tinham mais de cinco ou seis anos sem nenhuma progressão. Então principalmente o secretário de Meio Ambiente, Juliano Matos, intercedeu junto ao governador para que pudéssemos ter o plano, que esta Assembléia entendeu ser importante. Contamos hoje com um novo panorama atrativo, inclusive para os técnicos das diferentes áreas prestarem concurso público para a Secretaria de Meio Ambiente e os órgãos autárquicos.

Atualmente a remuneração vai alcançar em torno de R\$ 4.500,00, até maior do que a dos órgãos federais, e transforma a área de meio ambiente do Estado em algo atrativo para profissionais técnicos qualificados. Acho que é um avanço significativo desta Casa e reitero o agradecimento que o secretário de Meio Ambiente fez há poucos minutos.

Essa nova estrutura vai representar uma configuração porque os órgãos todos do sistema são ambientais. Ela passa da visão de unicamente cuidar da água para pensar no todo, no ecossistema. O Ingá assume a tarefa da gestão das águas e do clima. Pelas mudanças climáticas e pela desertificação, trabalhará a restauração de nascentes e matas ciliares, o que igualmente significa para nós um avanço significativo no pensar de forma integral o bem ambiental.

Queria, para finalizar, lembrar que este esforço todo envolve muita solidariedade, bastante compreensão e muito diálogo. Acho que só numa gestão democrática popular é que a gente pode garantir tais esforços, e com um grande apoio deste Parlamento, na construção duma política ambiental efetiva.

Muito obrigado. Bom debate a todos e a todas. (Palmas!)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Juliano Matos):- Muito obrigado, Júlio Rocha, diretor-geral do Inga. E agora concedo a palavra a Dr^a Beth Wagner, diretora-geral do IMA.

A Sr^a BETH WAGNER:- Queria inicialmente parabenizar o deputado Nelson Leal, até porque já virei, como ele próprio falou, a maior freqüentadora da Assembléia Legislativa, prestando sempre contas daquilo que estamos fazendo lá no órgão ambiental do Estado.

O deputado Nelson Leal está seguindo uma excelente tradição da Comissão de Meio Ambiente, como Zilton e depois Zé Neto. Então acredito que com esta postura ele vai realmente fazer dessa frente parlamentar uma grande novidade desta Casa, uma realidade nova aqui da Bahia.

Também é muito satisfatório para mim estar ao lado desses parceiros aqui na Mesa e parabenizar o Erundi, representando a Federação das Indústrias, e o nosso querido Célio, representante do Ibama, que tem tanta parceria com órgãos ambientais por ser também um órgão ambiental federal, e do secretário. Evidentemente, ele está

representando e liderando todos nós. Parabenizo igualmente o Júlio Rocha, que está feliz agora por estar dirigindo o novo instituto das águas, que, com as realizações que ele desta tribuna já apontou, ganha uma nova característica. Só que vou reivindicar aqui, Júlio, o mesmo tratamento para o IMA em termos de quadros. Já ia falar dos meus dados, mas vou me referir aos demais.

Vou pedir um apoio evidente do deputado Nelson Leal e da Federação das Indústrias, porque se sabe que para o CRA dar as respostas que precisamos ele terá de ter os quadros necessários. E o meu queridíssimo companheiro Saraiva talvez seja o mais antigo parceiro nesta Mesa na disputa ambiental. Lembro-me de muitos anos atrás já trabalhando na questão, não tenho conta do tempo, mas com certeza era ele o mais antigo colega. Inclusive sou até membro do Germen, a entidade que ele dirige. Então temos essa parceria há muitos anos.

As questões colocadas, vou falar brevemente sobre elas e depois partir para uma prestação de contas. Destacarei duas pessoas do Plenário para cumprimentar a todos: a deputada Fátima Nunes, que conheço há muito tempo pela luta, por ser guerreira, e que os demais deputados se sintam representados pela figura da deputada; a nossa promotora Cristina Seixas, que também já tem muito tempo nesta parceria na questão ambiental.

Quero dizer que essa questão que foi colocada, tanto do desordenamento e da ocupação, às vezes, sinalizando por falta de fiscalização, acho que é um problema mais profundo do que a falta de fiscalização, e vou dizer o que acho que é o problema: tem muito a ver com a essa questão que o Erundi falou a respeito da questão humana na Terra. Ele fala: nós existimos nesta Terra, então, vamos ter que encontrar caminhos civilizatórios para nós nesta Terra, não que vamos nos excluir da Terra, ou virar uma natureza intocada. E a natureza que não pode ser tocada, ela será... Aí, adoro o professor Nilton Santos, aliás, é uma grande inspiração para mim porque ele exatamente faz essa discussão. Nós seres humanos estamos nesse território e, se não estivermos nessa natureza, não estivermos mais ali, não existe o nosso desafio, vai existir a natureza, e o nosso desafio humano acabou, então, o grande desafio é nós na Terra.

Essa atomização que a vida moderna nos trouxe, essa dispersão, essa fragmentação que nos alienou da nossa terra mesmo, nos alienamos a ponto de não termos controle dos nossos territórios, os nossos territórios estão ocupados desordenadamente... Se não tivéssemos nos alienados da terra, do lugar que pisamos, seríamos capazes de fazer pactos nas cidades, quando fôssemos definir urbanamente o desenvolvimento das cidades. É um grande pacto que nos aglutina, nos faz compartilhar um território e diz o que devemos fazer ou não fazer.

Então, esses ordenamentos é uma maneira de voltarmos para a terra, pisar no chão, nos territorializar de novo e, desse maneira, criar mecanismos pactuados, ou seja, de compartilhamento, acho que as saídas são por aí.

No governo, já percebemos de saída a carência imensa, acredito que Matedi vai falar sobre isso e também Plínio, de outra forma, sobre a carência absoluta de

planejamento que havia, não havia planejamento na área ambiental mesmo, isso é uma realidade. Para fazer esse planejamento, lembro-me que, no início, quando indicamos no CRA instrumentos, o que acreditávamos que devia ser o orientador, fomos lá, como o Juliano lembrou, indicando o IDHA, Índice de Desenvolvimento Humano Ambiental, o qual tem sido trabalhado até por pesquisadores que hoje estão no BNDES e alguns da Universidade de Campinas, estou dizendo aqui no Brasil, e a dificuldade que encontramos para desenvolver isso foi praticamente uma dificuldade quase que de obstrução, não há indicadores, vamos ter que ter marcos zero para poder fazer isso.

Gostei muito também quando ouvi o deputado Nelson Leal falando aqui, até anotei as suas palavras, quando ele disse: “O ICMS ecológico já está maduro para a decisão e implementação”. Foram essas as palavras do deputado. Então, com a Assembléia Legislativa dizendo isso, com o deputado dizendo isso, é claro que compreendemos que começa uma perspectiva para a Bahia, interessantíssima, porque começa a ser possível remunerar os municípios pela sua postura ambiental também. Para isso também vamos precisar dos indicadores ambientais e vou, no caso do CRA, fazer essa questão dos indicadores e partir para ações que nos permitem agora estabelecer marcos zero.

Mas antes de começar com as ações que estão afeitas, essas que vou falar, às diretorias que tratam mais, no órgão ambiental, com o desenho que tem o IMA agora... Pela primeira vez estou tendo a oportunidade, nesta Assembléia Legislativa, de falar do novo instituto com o novo nome dele. O IMA tem um desenho muito interessante: duas diretorias tratam dos passivos ambientais, que são os Licenciamentos e Fiscalização, e mais duas outras - nós vamos ganhar mais uma terceira, que é a de Florestas -, uma que trata da promoção dos ativos, têm uma proatividade, que são o Neama, que agora vai virar Diretoria de Estudos Avançados, e a Diretoria de Projetos. Essas duas diretorias têm feito um trabalho muito interessante e nós precisamos prestar contas disso.

Decidimos focar mais o trabalho, porque não temos tantas mãos assim. No caso da Estudos Avançados, estamos com duas linhas principais - não que não tenhamos outras - de atuação: uma na área de construção sustentável, e nós já fizemos um curso, no ano passado, de construção sustentável, com uma atenção da sociedade, que se mobilizou, efetivamente, e não deu para quem quis, a realidade é essa.

Fizemos este ano um evento da Casa Clima, que também não deu para quem quis, lotou, e agora vamos para o curso de especialização e depois o mestrado nessa área. E não vamos ficar só na teoria, nós vamos fazer a casa sustentável do CRA, que vai ser visitada e vai ser acompanhada desde sua fundação até sua finalização. Então, vamos ter uma casa sustentável para que aqueles, Erundi, que queiram, e nós sabemos... Porque muita gente nos procura: “Como é que se faz uma casa? Eu quero utilizar esse recurso”. Ninguém sabe. Então, vamos ter no órgão ambiental a orientação: quais são as tecnologias, quais são os materiais, onde comprar. E a própria indústria começa a girar de uma outra maneira também.

Então, isso é um mercado novo que passa a se abrir. Na Itália, soube-se no evento que fizemos da Casa Clima aqui, recentemente, há uma certificadora, que é exatamente essa Casa Clima. No mercado italiano, os imóveis que são certificados pela Casa Clima ganham um valor adicional, exatamente por essa certificação. Então, é um mercado inovador, um mercado ambiental, mesmo, que começa a se criar.

E a outra vertente nos Estudos Avançados é a que trata das mudanças climáticas. Nós fizemos, agora, um curso para que os nossos delegados à Conferência Nacional de Meio Ambiente, porque o tema era esse, não fossem sem um aprofundamento um pouco maior. O curso foi pequeno, mas muito interessante. Os delegados reconheceram e gostaram muito, e foram para a conferência nacional com um conjunto de informações que permitiu uma influência maior deles nos debates.

Mas também não vamos ficar por aí. Vamos fazer, agora, já um curso maior, depois, um curso de especialização, e, quem sabe, já estamos com os contatos com os professores... Não é que vamos virar academia, mas nós vamos trabalhar com a academia para viabilizar aquilo que ainda não é oferecido nos cursos da academia atualmente.

No caso da Diretoria de Projetos, o grande projeto nosso é a Bahia de Todos os Santos. Esse é o grande projeto, hoje, da Diretoria de Projetos, e ele vai estar associado, como vamos ver, com ações efetivas da Diretoria de Fiscalização também. E nesse tratamento da Bahia de Todos os Santos, eu não vou ter condições de falar de tudo, mas temos 3 eixos: um é a consolidação dos estudos todos, e já estamos avançados nisso, porque havia muito estudo e muitos estudos ainda precisam ser feitos. Mas se não consolidamos o que temos não nos apropriamos do que temos para termos as políticas baseadas no que já existe e também trabalhar com o que está faltando. Então, um eixo é esse. Outro é o eixo de Fiscalização e Monitoramento. Esse eixo também tem sido bastante ampliado e diz respeito à diretoria de fiscalização. Eu faço até um parêntese e quando eu entrar lá na fiscalização eu falo de outras coisas. Então, a Diretoria de Fiscalização tem um trabalho intensivo, persistente na de Todos os Santos, em todas as indústrias, também feito no ano passado, e este ano eu já sei que conto com a colaboração, inclusive, da Federação.

Nesse sentido, a gente trabalha não só para acompanhar os condicionantes, mas também, Célio, para revermos condicionantes. Então, determinados lançamentos de efluentes que estão sendo feitos na de Todos os Santos nós vamos reorientar aquele condicionante, não vai poder mais lançar na de Todos os Santos. E começamos a tirar aquela carga poluidora da , porque tem o Emissário da Cetrel, temos alternativas de lançamento desses afluentes e assim nós começamos a diminuir essa carga.

Nós estamos também trabalhando com várias normatizações de atividades, não só essas da de Todos os Santos, muitas são prioritárias, e uma delas que vamos começar a fazer, que é uma novidade, é norma para estaleiros, porque é possível, a Bahia está reivindicando isso, e nós queremos também ajudar o governo da Bahia a trabalhar, com a sua decisão de trazer investimentos para a Bahia.

No seminário que tivemos, até provocado por outro deputado, Javier Alfaya, que está na Comissão de Saúde e Saneamento, ele fez o evento sobre a de Todos os Santos, há poucos dias, e ele próprio falava naquele evento que a de Todos os Santos não tinha uma vocação só, deputado Paulo Câmera, tinha muitas vocações, vocações até históricas e que nós tínhamos que ir trabalhando nesse sentido.

Então, tem o turismo, que está com uma série de propostas de investimento, sabemos que estamos com órgão ambiental, tem a Ilha de Cajaíba, tem a proposta dos estaleiros. Como é que a gente conjuga? Nesse sentido, estamos propondo também, e aí eu vou dizer, mas só vou falar lá, na hora do licenciamento, o instrumento da avaliação ambiental estratégica, também para a de Todos os Santos.

No caso da Diretoria de Projetos, além da de Todos os Santos estamos com o projeto Sítios Ecológicos e Assentamentos Sustentáveis, que é muito interessante, que tem uma relação, no caso de Assentamentos, com toda a comunidade da reforma agrária, com o Incra, para que se comecem práticas mais sustentáveis, e no caso de Sítios Ecológicos também om o mesmo sentido. Mas, o grande foco é, no caso da Diretoria de Projetos, a de Todos os Santos.

Temos também na Diretoria de Fiscalização e Monitoramento, aí nos estamos começando toda uma série de avaliações, porque nós temos também monitoramentos variados. Vamos fazer um inventário de todos os lançamentos de efluentes no Rio São Francisco e também na de Todos os Santos, todo o lançamento. Claro que das indústrias que estão licenciadas a gente sabe, mas existem muitos outros lançamentos que não estão registrados. Então, com esse inventário do Rio São Francisco e com o inventário da de Todos os Santos nós temos o marco zero e aí começamos a ter o indicador. O marco zero é esse, é tanto de poluição que tem. Em quanto tempo podemos melhorar para quanto? E aí nós começamos a ter metas. Se nós não temos o marco zero, nós não sabemos quanto tem, deputada Fátima, e se nós não sabemos como está o Rio São Francisco hoje, como é que podemos ter metas de reabilitação? E aí vai ser um trabalho enormemente conjugado com o nosso querido Ingá, porque são trabalhos que serão articulados entre o órgão ambiental e o órgão das água.

No caso também, da Diretoria de Fiscalização,nós avançamos com o monitoramento da balneabilidade das águas. Quando nós assumimos só se fazia balneabilidade das águas de Salvador, das praias de Salvador, e isso era divulgado. Hoje nós temos de toda a costa da Bahia, que é a maior costa do litoral brasileiro, ou seja, uma boa parte da costa do litoral brasileiro está sendo monitorada em termos de balneabilidade. E nós vamos introduzir até um parâmetro mais restritivo do que a Conoma 237, para que a gente tenha uma condição de avaliação mais precisa. Se bem que a 237 é suficiente e, legalmente, é o que nos orienta mesmo.

Então, estamos com o Litoral Norte, com o baixo Sul, que é a Costa do Dendê, com o Sul da Bahia, que é a Costa do Cacau, com o extremo Sul da Bahia, que é Costa do Descobrimento e com toda a de Todos-os-Santos sendo monitorados em termos de balneabilidade, o que é importante não só para atender aos moradores, mas

também para atrair os turistas para a Bahia, porque aí a gente tem esse parâmetro e tem como melhorar.

Além disso, adquirimos... para que a fiscalização possa trabalhar na sua desconcentração, porque estamos trabalhando com a desconcentração do CRA, para fiscalização, em primeiro momento, e também para o licenciamento e para tudo, depois. O licenciamento já está em Feira de Santana, já estamos com a unidade regional lá licenciando. Pegamos 11 unidades regionais quando assumimos. Vamos terminar 2008 com 17, talvez 18 unidades regionais. Inauguramos, no dia 29, a Salinas das Margaridas. Devemos inaugurar, em breve, a de Amargosa, e acredito que este ano, em conjunto com o Ministério Público, a unidade regional e base de mata atlântica, junto com Numa - Núcleo da Mata Atlântica do Ministério Público, e assim vamos trabalhando. Devemos trabalhar também em Conde, com o Ministério Público, mui provavelmente.

Então estamos avançando nesse sentido e estruturamo-nos também para ter condição de ir lá. Quando houve, recentemente, um acidente na de Todos-os-Santos com o navio... e vocês viram ontem ou anteontem, na Argentina, um derramamento de petróleo. Você viu isso, Célio? O petróleo está quase chegando a Buenos Aires, e existe uma preocupação terrível lá.

Então o que estamos fazendo? Naquele acidente que houve aqui, se não tivéssemos já adquirido o helicóptero, não teríamos tido condições de trabalhar como trabalhamos, pois é impossível, impraticável da embarcação verificar-se a mancha de óleo, a orientação dela. Portanto, já estamos com o helicóptero, a embarcação, porque também contratamos o serviço. Mais duas embarcações que estão sendo recuperadas, porque estavam ao relento, abandonadas, lá no CRA, e agora só estão faltando os motores, pois já estão todas recuperadas.

Com a greve da Receita, eles não puderam chegar a tempo, mas acredito que agora, em junho, estamos com essas duas embarcações já ao mar e mais um *flexboat*, que vai poder entrar em áreas..., e já vi que Célio está felicíssimo com a Operação Carapeba, liderada pelo Ibama. Vai existir muito mais fôlego, porque vamos estar com quatro embarcações para poder fazer o trabalho, e a operação de combate à pesca com bomba já tem sido bastante eficiente, não é, Célio? Temos, conjugadamente, feito esta trabalho, às vezes vamos juntos, no dia que não dá um vai separado do outro, mas estamos juntos no combate à pesca com bomba, até porque tem muito duto na de Todos-os-Santos, e é perigosíssimo haver o risco de explosões.

Estamos aqui com representação das Forças Militares, o Exército tem nos ajudado enormemente no combate à pesca com bomba. A Marinha sempre nos ajuda nesses acidentes que ocorrem no mar, nos quais precisamos desse apoio dela. Então estamos com um serviço muito articulado com a Polícia Federal, o Exército, a Polícia Civil, a Polícia Militar para conseguir desbaratar esses esquemas que acabam prejudicando a pesca.

] Além disso, na área de licenciamento, e citei assim por alto, porque a gente não vai poder, porque há outras pessoas para falar, citar tudo, mas estamos, na

fiscalização, nos organizando, porque, quando assumimos, tínhamos 20 pessoas no licenciamento e quase 30 na fiscalização, sendo impossível a gente atender à demanda de um Estado com 417 municípios, como o nosso, com esse número de pessoas. Isso não existe. Conseguimos uns redas, que, na verdade, começaram a trabalhar este ano. Isso já nos deu uma condição de trabalho muito maior e estamos pedindo mais. Agora que o Júlio deu essa notícia - estou aqui com o apoio do Ministério Público, do Irundi e do deputado Nelson Leal - vamos reivindicar tratamento equitativo para o IMA. Queremos essas vagas todas de concurso público. Modestamente, ia anunciar setenta vagas para o IMA, mas já que engavetei duzentos e setenta, é evidente que vamos aqui também apelar (Palmas). Já sei que o doutor Nelson Leal nos dará um firme apoio nisso.

Estamos agora com a contratação emergencial, doutora Cristina, para dar conta dos passivos. Passivo não é para sempre, passivo tem de ser uma contratação pontual, localizada. Para liquidar o passivo tanto da área de fiscalização, e a maior parte, doutora Cristina, é do Ministério Público, temos toneladas de processo. Sabemos que uma parte disso é o grande problema, como o lixo e o saneamento. O Ministério Público apresentou um diagnóstico excepcional – ele fez um trabalho conosco. Isso está ajudando o governo nas suas ações. Não poderíamos pegar aquela quantidade de documentos e responder burocraticamente ao Ministério Público. Percebemos, logo no início do governo, que aquilo indicava ausência de uma política pública para resíduos sólidos. A Sedur está fazendo um trabalho extraordinário no sentido de começar a equacionar um problema histórico que é brasileiro, não é só baiano, mas estamos na Bahia, e no nosso território vamos procurar resolvê-lo. Vamos começar a trabalhar com aqueles pontos que são os mais difíceis e com aqueles mais dramáticos do ponto de vista das suas repercussões. Vamos precisar disso para liquidar esses passivos de processos que temos de acompanhar etc.

O licenciamento, deixei este tema por último, é a área, diria, mais nevrálgica também é a que estamos dando uma volta por cima muito significativa. Há um processo de “descartorialização” do licenciamento, e essa reestruturação do sistema visa a não confundir burocracia com qualidade ambiental. Não é definitivamente a mesma coisa. Havia muita burocracia no processo de licenciamento. Estamos procurando, e a reestruturação do sistema permite isso, juntar num órgão só uma série de atividades licenciatórias para que não haja necessidade de se enviar um técnico para fazer inspeção e mais outros quatro do mesmo sistema, em momentos diferentes. Com essa reestruturação, racionalizamos, equacionamos, e vai-se de uma vez só. Isso economiza tempo e aproxima o tempo da área ambiental das demandas da área empresarial. É disso que precisamos para dar as respostas com a qualidade ambiental. Disso não vamos abrir mão, nem o Irundi, e ele já disse aqui que a própria Fieba está cada vez mais comprometida com as questões ambientais.

Então, essa “descartorialização” está nos permitindo avançar também. E em quê? Agora, nesta semana, a grande comemoração, além desta que estamos tendo hoje aqui, foi ter uma avaliação ambiental estratégica que é um outro instrumento de

planejamento. Não é o zoneamento ecológico e econômico que já existe há vinte anos, deputado Paulo Câmara, e que está sendo aplicado no Extremo-Sul e no Sul do Estado da Bahia nos projetos de ferrovia, meroduto, Porto Sul, silvicultura e biocombustível. Isso é para explicar um pouco o que está acontecendo. A avaliação ambiental estratégica está caminhando com esses dois assuntos e vai caminhar também para a de Todos os Santos. Isso é um avanço para o licenciamento. A Secretaria está coordenando, mas começa a dar as diretrizes para que o licenciamento ocorra de maneira mais rápida, mais ágil e com muito mais qualidade ambiental.

Vou encerrar a minha fala atendendo aos apelos do deputado Paulo Câmara para que ele tenha condição de passar adiante a palavra. Muito obrigada. (Palmas)
(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Juliano Matos):- Muito obrigado, doutora Elizabeth Wagner. Os pleitos relativos a cargos serão plenamente atendidos, já contando com o apoio, sim, do secretário, tenho certeza disso, do deputado e do Ministério Público. (Palmas) Queremos o sistema rodando perfeitamente, dando segurança a todos, retirando parte do trabalho da Dr^a Cristina, deixando ela mais tranqüila. Na semana passada, superamos um TAC realmente histórico.

Agora vamos ouvir o Dr. Célio.

O Sr. CÉLIO COSTA PINTO:- Boa-tarde. Cumprimento, rapidamente, Dr. Juliano, que preside esta sessão, deputado Nelson, Dr. Júlio, Saraiva, Dr. Irundi, Beth. Encontra-se no Plenário a Dr^a Cristina, estivemos juntos hoje pela manhã, lá Câmara Municipal, quando o Ministério Público – representado pelo Dr. Lidivaldo – recebeu a Medalha do Mérito Ambiental. Cumprimento, ainda, os nossos parceiros da Marinha e do Exército. Tenho o orgulho e ter o título de Amigo da Marinha; o Exército é nosso parceiro na fiscalização da Amazônia.

Hoje, 5 de junho, comemoramos pela 36^a o Dia Mundial do Meio Ambiente. O Ministério do Meio Ambiente passou agora por uma reformulação, que todos acompanharam pela imprensa, com a saída da ministra Marina Silva, depois de 5 anos, e a nomeação de Carlos Minc, que traz para a esfera federal a sua experiência de gestão do órgão estadual de meio ambiente do Rio de Janeiro.

Ontem, estivemos em Brasília participando de uma cerimônia na qual o ministro Minc nomeou o novo presidente do Ibama, Roberto Messias Franco, que já era diretor de licenciamento e ascendeu agora ao cargo de presidente, o que me deixou muito feliz, porque ele também já foi superintendente em Minas Gerais e conhece a estrutura desse instituto, o que lhe permitirá fazer uma excelente gestão. Foi ainda nomeada a nova secretária executiva do ministério, Isabela Teixeira, que é analista de carreira do Ibama, no Rio de Janeiro, e já trabalhava na equipe do Carlos Minc na secretaria estadual.

Com este novo cenário, o ministro anunciou que criou um comitê para selecionar, num grupo de notáveis, uma lista quártupla para que ele possa escolher o

presidente do Instituto Chico Mendes, que é uma autarquia federal que cuida das unidades de conservação. Ele acredita que esse processo vai ser concluído em breve.

O novo ministro também assumiu compromissos em relação àquela resolução do Conselho Monetário Nacional – que é um colegiado composto por diversos ministérios – que estabelece que qualquer proprietário de terras na Amazônia Legal precisa estar legalizado para obter financiamento público.

Acho até que nem precisaria de uma resolução do Conselho Monetário Nacional, porque a própria lei da Política Nacional do Meio Ambiente já diz isso no art. 12. Mas vem somar e reforçar. E o ministro Carlos Minc também anunciou, ontem, que o Ministério do Meio Ambiente vai propor ao Conselho Monetário a extensão dessa resolução a todos os demais biomas. Foi um compromisso assumido que nos deixa uma expectativa muito grande.

Um outro compromisso seria solicitar ao Congresso Nacional que acelere a votação da regulamentação do art. 23 da Constituição, que completa 20 anos agora. Precisamos deixar de atuar através das resoluções do Conama; na verdade, necessitamos de um instrumento legislativo forte, que é uma lei complementar, com o qual possamos dirimir os conflitos que existem para fiscalização e licenciamento. O projeto já está aprovado na Comissão do Meio Ambiente da Câmara e vai ao Plenário; depois seguirá para o Senado. Acho que será um marco e uma revolução muito grande dentro da legislação ambiental brasileira, pois vai permitir aos órgãos do Poder Executivo administrarem com mais clareza. Será também muito importante para o setor produtivo.

Outro compromisso dele é descontingenciar os recursos orçamentários, porque ano a ano o Ministério do Meio Ambiente sofre com esses contingenciamentos, e isso se reflete na nossa capacidade de ação.

Então, não é possível conviver com isso, e vai ser uma luta do novo ministro incrementar a Câmara de Compensação Ambiental, porque é um excelente instrumento. Não existe o dano zero, mas ele pode ser compensado. Precisa funcionar bem, o Ministério do Meio Ambiente vai trilhar esse caminho.

O ministro também anunciou para os próximos dez dias uma mudança no Decreto nº 3179, que é o decreto que regulamenta a Lei de Crimes Ambientais, que está completando dez anos. Esse decreto vai passar por uma revisão, dando um poder aos órgãos ambientais de maior efetividade na apreensão dos bens do crime ambiental. Podemos fazer a doação imediata desses bens, o que hoje é um processo muito lento, além de outras medidas de mudança de critérios de multas. Aguarda-se para os próximos dez dias essa medida.

No licenciamento ambiental, o que o novo presidente do Ibama e o ministro estão anunciando é usar esse poder arbitral que temos justamente para nortear o desenvolvimento do País. Ele até usou um exemplo interessante, de que os órgãos ambientais ficam muito como porteiro da garagem, que fica tomando conta da portaria para não deixar o carro sair, porque se o carro sair ele vai sujar, ele vai furar pneu, ele vai depreciar. Quando, na verdade, a população aumentando, a necessidade de

insumos aumentando, precisa-se destravar esse processo. O carro tem que sair, mas ele tem que sair com segurança, ele tem rodar com segurança, ele tem que voltar com segurança. Essa é a lógica para que o licenciamento norteie esses processos de desenvolvimento.

Aqui na Bahia, estamos num momento muito interessante, que é o momento de integração, o Ibama vem trabalhando conjuntamente com a Semarh, o secretário Juliano, Dr. Júlio, no SRH, Beth, no CRA, de forma muito intensiva. Temos aí a tripartite, que é um espaço de articulação muito interessante em que estamos incrementando essa pauta de pactuação aqui na Bahia, e funciona regularmente, com reuniões mensais.

Temos a gestão florestal, temos o acordo de cooperação que vamos revisar agora, pois vence em setembro, a gestão de fauna, com apoio da Semarh. Vamos estar discutindo agora com a UFBA a implementação de um novo Cetas lá na Faculdade de Medicina. Temos também o acordo de cooperação por licenciamento, que está sendo proposto para que não haja dúvida quanto à competência estadual ou federal. Vamos ter um grupo técnico que vai analisar esse projeto preliminar e indicar de quem é a competência, e se é possível até fazer o licenciamento compartilhado.

Isso já está proposto ao governo do Estado para a gente assinar. Na área de fiscalização, Beth já falou da pesca com bomba. Acho, Saraiva, que deve estar na lista suja. Esse é um problema da década de 30, e a gente se depara com pessoas todos os dias lá na porta reclamando. A ajuda do CRA tem sido muito importante, como também da Polícia Militar, Polícia Civil e Federal nesse trabalho.

Precisamos criar delegacia de proteção ambiental em Salvador. Foi uma medida tomada nesta Casa, em 2004, que criou a Delegacia da Mulher, a Delegacia do Idoso, que já estão implementadas. E a ambiental, ainda não. O secretário Juliano está nos ajudando, o secretário da Segurança também já recebeu uma visita nossa. Precisamos implantar essa delegacia que vai acolher logicamente toda a demanda da fiscalização. Queremos até dar os parabéns ao sistema Semarh por ter conseguido dar o poder de polícia à SRH antiga, a atual Ingá, porque é um novo parceiro que também entra na fiscalização ambiental, aumentando a capacidade do Estado nesta área.

Acho que nesse dia de comemoração - já concluindo aqui a minha fala -, percebemos os avanços, a necessidade de aprimorar. Mas ainda temos um grande desafio pela frente, que é manter a diretriz de transversalizar o tema ambiental dentro da estrutura do governo. Todas as secretarias precisam aprender a lidar com esse tema, amadurecer os seus projetos antes mesmo de chegar ao licenciamento, porque isso é um facilitador até para os empreendimentos que vêm de fora, todos os senhores Investidores que procuram o Estado da Bahia.

Quero parabenizar a Comissão do Meio Ambiente, o deputado Nelson Leal, mais uma vez, pelo evento e criação aqui da Frente Parlamentar; agradecer as palavras do presidente da sessão Dr. Juliano, e viva o Dia 5 de junho, Dia Mundial do Meio Ambiente.

Muito obrigado.(Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Juliano Matos):- O deputado Nelson Leal, Presidente da Comissão de Meio Ambiente quer fazer algumas referências.

O Sr. Nelson Leal:- Secretário, quero aproveitar para fazer o registro da Dr^a Roberta Cazalez, membro da Comissão do Meio Ambiente da OAB, representando o Dr. Saul Quadros, presidente da OAB; Dr^a Cristina Seixas Graças, representando o procurador geral de Justiça, Dr. Lindivaldo Brito; coronel Elídio Lopes, representando o general Ferreira, comandante da 6^a Região Militar; Dr^a Gerta Almeida, representando o procurador geral do Estado, Dr. Rui Cruz; Dr. Eduardo Farias Topázio, superintendente de Recursos Hídricos; capitão-tenente Nilton César Gonçalves de Souza, adjunto da Sessão de Organização, representante do comandante do 2º Distrito Naval. Obrigado pela presença. Valdo Lumumba, Fórum de Entidades do Subúrbio, FES, membro da Coordenação Executiva; a Dr^a Maria Del Carmem; Dr. Luciano Ricardo G. Sandes; Sr^a Solange Alcântara Neves de Rocha, coordenadora de Educação Ambiental da Secretaria de Educação; capitão José Roberto Pinho de Andrade Lima, oficial de Gestão Ambiental, representando o coronel Júlio César de Arruda, comandante da ESAEX; Valmir Mota, representando o sr. Walmir Mota, diretor-Presidente da Fundac; Dr^a Sônia Maria das Neves Sacramento, subgerente da Coordenação de Educação da Fundac; Plínio Neto, diretor da Unidade de Conservação da Semarh; Waldemir de Assis, presidente do PV de Coité; José Jorge Urpia Lima, assessor da Secretaria do Meio Ambiente; Joselito Bispo da Silva, delegado da Polícia Civil, representado pelo sr. Vinícius Amaral Viana Filho, delegado de Polícia de Proteção Ambiental; Marcos André Amorim Cortês, da Umes; Jorge Carvalho, da Autis; Marcelo Miranda, da Associação Profissional dos Engenheiros Florestais da Bahia; Humberto Froes Moreira, representando o secretário Rui Costa e o cumprimento do deputado Edson Pimenta.

Quero agradecer a todos que nos honram com as suas presenças e com as suas representações.

Muito obrigado.

Volto a palavra ao secretário Juliano Matos.

O Sr. Nelson Leal:- Retorno a palavra ao Sr. Secretário Juliano Matos.

O Sr. Juliano Matos:- Quero pedir a palavra ao presidente para um registro rápido; ela é antipática, eu sei, não me coloco completamente contra, mas não há limite para a quantidade de gente para fiscalizar. Há pouco numa reunião do Cepram, houve uma moção para fiscalizar incêndios, queimadas. Em postos a cada quilômetro você tem de colocar um fiscal, porque é o caminhoneiro que joga uma бага, um fazendeiro que queima um pasto, etc. Não há limite para conter isso.

Bebida na Europa, sobretudo em países nórdicos, e infrações de trânsito são feitas por amostragem. O imposto de renda no Brasil é feito por amostragem. Não precisa ser exaustivo, com cada indivíduo fiscalizando o outro. Aqui entra o que Célio

falou, talvez seja preciso mudar a Lei de Crimes Ambientais. Pega por amostragem. E, se for culpado, paga para valer. Seja dirigir bêbado, infração de trânsito ou crime ambiental. Mas que não se vá encher esse negócio de fiscais, porque quem paga a conta vocês já sabem.

O Sr. PRESIDENTE (Juliano Matos):- Dr. Irundi e Dr. Plínio, pela SFC.

O Sr. Plínio Neto:- Boa-tarde a todas e a todos. Cumprimentando a Mesa e em especial a Dr^a Beth Wagner, cumprimento todos os presentes, entre eles o nosso secretário, Dr. Juliano Matos, e o presidente da sessão, deputado Nelson Leal.

Quero fazer um breve relato sobre a SFC, Superintendência de Floresta em Unidade de Conservação, composta de três diretorias até ontem: a de área florestal, a de unidade e conservação e a de biodiversidade. Hoje sou diretor da segunda, e a de área florestal é comandada pelo Dr. Plínio Castro. Sempre brinco nas minhas apresentações dizendo que a maior concentração de Plínios no mundo é na Secretaria de Meio Ambiente, em que temos dois diretores de nome Plínio. Imaginem a confusão que se faz. Temos Dr. Nilson, diretor de biodiversidade. Essa diretoria cuida de três partes estaduais: o Parque Metropolitano de Pituaçu, o Parque Zoológico e o Parque da Lagoa do Abaeté.

Nas diretorias florestais nós temos duas coordenações: uma trata de ordenamento florestal. Basicamente, com a constituição do IMA, a esse ela passa suas atribuições, que seriam a coordenação que cuida das questões de licenciamento, autorização de supressão de vegetação, regularização de reserva legal. E Dr^a Beth estava clamando para ter um tratamento igualitário com o INGA, mas eu queria dizer-lhe que ela tem de ser muito mais eloqüente porque, quando receber os processos que estão lá na área florestal, a senhora precisará, no mínimo, dobrar o seu contingente. Nesse âmbito nós encontramos uns 3 mil processos e agora estamos, segundo os últimos dados, com aproximadamente 6 mil.

O grande gargalo, o momento em que todos entramos em pânico é quando vamos à DAF, a diretoria que cuida dessa parte. Lá vemos a quantidade imensa de processos e requerentes a todo instante em nossas portas pedindo celeridade neles.

O que aconteceu com a DAF é que tivemos necessidade de reconstruir todo um procedimento para dar atenção e celeridade a esse processo. Entramos uma diretoria que tinha a maior dificuldade de ter celeridade nos seus processos, porque a quantidade de etapas era muito grande. Então, este ano, conseguimos estabelecer esses novos procedimentos, principalmente em relação à reserva legal e, em especial, mais recentemente, à supressão de vegetação em pequenas propriedades rurais. Provavelmente, estaremos legando tudo isso ao Inga.

A outra coordenação da Diretoria Florestal é CAF, Coordenação de Áreas Florestais, que se encarrega da questão do fomento florestal e aí realmente dentro da DAF um grande instrumento que tivemos durante o ano passado e este de promover a geração de impositivo ambiental. A CAF desenvolveu os programas de Pronaf florestal em toda a região. Sempre denominamos como uma coordenação de extensão ambiental, porque, quando se trata da questão de Pronaf florestal, na perspectiva da

criação de floresta para atender à demanda madeireira e um produtor se dispõe a fazer o plantio dele com eucalipto, até então temos utilizado eucalipto na essência básica para o plantio, para a questão de produção florestal, ele não está apenas recebendo a visão florestal, aquela propriedade está sendo olhada ambientalmente em todos os seus aspectos, regularizando essa questão de reserva legal, tendo um especialista formado dentro da Secretaria de Meio Ambiente para tratar das questões ambientais naquela propriedade.

Então, isso é um ganho, não representa apenas o ganho do plantio, mas também a consequência da parte dele. Essa coordenação tem hoje um novo compromisso que não é o Pronaf florestal. Estamos ampliando esse programa, que se encerrou no ano passado. A Bahia há seis anos estava com esse programa sendo desenvolvido junto ao Ministério do Meio Ambiente. No entanto, seu desempenho foi abaixo de 10%. No ano passado, conseguimos incrementar de tal forma, por ser um fomento florestal, por ser um fomento ambiental, e atingimos em torno de quase 60% das metas previstas em apenas um ano.

Tivemos que cancelar o convênio porque já tinha expirado o prazo e criamos dentro da secretaria um programa de agricultor florestal, que hoje tem toda uma tradição de plantio com sistemas agroflorestais. Não é aquela perspectiva de desmatar para plantar, mas sim, utilizar aquelas áreas já degradadas nas propriedades, em especial, pequenas propriedades, ou de associações, ou de assentamento, que estão hoje se envolvendo com o programa.

Queria também evidenciar as ações, voltando à Mesa, o que falou Erundi, sobre a questão dos incêndios da Chapada Diamantina. Todos nós acompanhamos, no ano passado, aquela problemática existente. Cheguei à Diretoria de Conservação recebendo de presente ainda aquela questão da queimada, aquela situação desastrosa. Tivemos, este ano, a preocupação de começar a discutir com o Ibama, com os bombeiros, com a defesa civil, desde já, estamos discutindo toda uma estratégia para tentar, não digo conter o fogo, como foi colocado, eu sempre digo que aquele ditado popular, onde tem fumaça, tem fogo, na questão especial da Chapada, não. Onde há fumaça, há fósforo. Alguém colocou fogo nessa vegetação. Temos desenvolvido na DUC essa ação.

Outro aspecto que nós queremos colocar em relação à Diretoria de Conservação, também tratado pela Mesa, foi a questão em relação aos planos de manejo. Encontramos na diretoria que possuímos na Bahia 41 unidades de conservação, dentre estas, apenas 17 possuem plano de manejo. Isso é não ter o *script* para fazer a gestão da unidade de conservação desse legado que são as unidades. Temos hoje um esforço, e o secretário deverá estar assinando ainda hoje ou amanhã, a partir da última discussão que tivemos sobre a problemática, que é a questão desse plano de manejo, estamos com portaria que vai fazer a criação de uma Injetor para a criação de todos os procedimentos e realização dos planos de manejo hoje, porque não possuímos um procedimento que facilite a contratação e a edição de termos de referência.

Outra questão, também encerrada nessa portaria, são os critérios para a criação de unidades de conservação. Consideramos que a Bahia, com 41 unidades de conservação, da forma como foram criadas, contraria todos os princípios ambientais. Temos unidades criadas que não dispõem de plano de manejo, não têm qualquer articulação local, algumas comunidades não têm nem conhecimento de que estão inseridos em uma unidade de conservação. Isso, realmente, causa um grande desconforto para fazermos a gestão de unidades de conservação.

Hoje, pela manhã, estive em Pituaçu, participando de um evento, juntamente com o pessoal do Lions e escolas da região. Esse evento previa o plantio de árvores em Pituaçu. Naquele momento, eu falei da importância que tem o olhar voltado para as unidades de conservação. Aproveito a oportunidade para falar, nesta magna Casa, da importância de ser dar um olhar totalmente diferenciado. Não é apenas o decreto que estabelece que aquela será uma unidade conservada, é necessário uma atuação, uma intervenção intensiva e incisiva para que essas unidades sejam realmente conservadas e possam garantir o seu papel na sociedade.

Por isso, neste momento, não vou pleitear alguma disponibilidade de profissionais para trabalhar, mas temos hoje nas unidades de conservação apenas 50% do nosso quadro, ou seja, 50% das nossas unidades não estão em desamparo porque temos contado com o apoio imensurável dos especialistas, dos técnicos que trabalham conosco, que se desdobram em suas ações entre Adaf e Aduc para poderem dar assistência e serem nossa referência enquanto gestores. Neste momento, ainda há gestores que dão assistência a 3 unidades de conservação. Então fica muito difícil.

Outro aspecto que eu queria evidenciar são as ações que estabelecemos para a superintendência. A Superintendência de Área de Floresta, no início do ano, no cenário de construção de um planejamento estratégico, estabeleceu 17 atividades que seriam desenvolvidas e perseguidas para este triênio. E agora, a partir da construção da Sema, provavelmente duas delas não ficarão mais conosco, mas serão atividades desenvolvidas pelo sistema.

Eu queria passar para vocês o que nós pensamos. Como desafio temos os 19 escritórios estruturados e prontos. Temos unidades no campo no Estado da Bahia, atualmente são 15, que estão desestruturadas, que ainda precisam ser estruturadas. Apesar do esforço no sentido da estruturação, há lugares em que ainda não tínhamos nem ponto para internet, computadores, mas atualmente temos toda uma tentativa de reestruturação dessas unidades. Estaremos criando mais 6 unidades para compor esses 19 escritórios. Não conseguimos mapear esses 19 escritórios com os 26 territórios. A nossa intenção era colocar uma unidade em cada território de identidade do Estado, mas, infelizmente, ainda não é possível.

Outro desafio é tentar, nesse período, conseguir a estruturação das 41 unidades de conservação, dando a elas veículos e todo o equipamento necessário para se fazer uma perfeita gestão, e transformar essas unidades de conservação em unidades demonstrativas de práticas ambientais, que é o que, hoje, a sociedade vem cobrando

da Secretaria de Meio Ambiente, para que se produza e que se valide tecnologias para dar respostas à sociedade.

Ouvi a Dr^a Beth colocar a questão das construções ecológicas. As construções ecológicas são fundamentais. Um dos bons locais para pôr em prática essas ações, que, com certeza, deverão ser possíveis nesse projeto de mapeamento, são as unidades de conservação, que deverão ser trabalhadas como prioridades, porque é ali que se deve ter todo um olhar diferenciado com relação às questões ambientais.

Outra ação que pretendemos desenvolver são os 30 projetos sócio-ambientais. Entendemos que as unidades de conservação por si só, na sua estrutura, não podem ficar sem desenvolver práticas sócio-ambientais que garantam às populações que vivem naquela região um olhar, um ganho de renda proveniente de suas atividades de forma equilibrada, sustentável. Então o nosso interesse é atingir esses 30 projetos.

Queremos e desejamos a criação de 3 novas unidades de conservação, que deverão já sair com esse desenho em que estamos propondo uma nova metodologia de criação de unidades de conservação, para que se essas unidades já com todo o seu aparato, toda a sua estrutura já montada. É um desafio que estamos buscando.

A criação e construção dos oito pólos florestais, que deverão estar assegurando à Bahia 1%, pelo menos, do seu território, aproximadamente 50 a 60 mil hectares de floresta plantada, para fazer frente às cerâmicas, às padarias que existem na região. Então esses pólos estão sendo criados em regiões estratégicas, com demandas, e atingiremos em torno de 55 municípios no Estado.

É também desafio da SFC o plantio de 1 milhão de árvores nativas, e temos, hoje, praticamente 8 programas que atenderão a esse desafio - a criação de 100 mil hectares de RPPM, outro instrumento que estamos tentando implementar no Estado, entretanto ainda não conseguimos fazer que os produtores que se dispuseram a criar as suas unidades particulares de conservação tivessem ainda um produto com muita tranquilidade, muita celeridade. Entretanto uma resolução que editamos vem normatizar e já nos deu toda a ferramenta, todo o instrumental, para a criação dessas RPPM.

Estamos, sim, estruturando uma nova equipe para cuidar apenas de RPMM junto à CFC, o que é um ganho fundamental, porque dentro da propriedade privada, com o produtor, é uma demonstração clara de um entendimento da sociedade, da comunidade que pretende estar avalizando a criação das unidades de conservação.

Pretendemos atingir também mais 30 municípios com o fomento florestal, manter e garantir a rede de monitoramento e de geoprocessamento, cujo núcleo já há um instalado na CFC, em fase embrionária ainda, mas já em funcionamento, e a gestão de informações com terminais de atendimento. Temos total interesse em que cada uma unidade das 19 previstas possa ser um centro de contato direto com o cidadão, o cliente para dar respostas ambientais.

Outro aspecto que queremos evidenciar é a regularização fundiária dos parques, das áreas de proteção integral. Temos, na Bahia, o parque Serra do Conduru – até convido todos aqueles que não o conhecem a conhecê-lo, porque é um das maiores

reservas de mata atlântica que temos e fica localizada em Itacaré, Uruçuca. É um local, cuja área, em 10 anos, só tínhamos desapropriado 11%. Conseguimos, só no ano passado, atingir a marca de mais de 16% e pretendemos regularizar a situação. É vexatória a situação que nos encontrávamos quando os produtores que moram e têm suas propriedades nas áreas de proteção integral passam, após o decreto, a não poder fazer nenhuma utilização delas. E se leva 10 anos para se dar o retorno, promover a indenização de uma área dessa.

Realmente, temos que fazer com que as desapropriações regularizações fundiárias ocorram nessas áreas. E pretendemos realmente, de imediato, concluir, nesse período, a regularização fundiária do parque Serra do Conduru e os demais parques que temos no Estado. Pretendemos também continuar nessa estratégia de melhoria dos procedimentos internos e, principalmente, na criação dos procedimentos para redução de ameaças à biodiversidade. Nesse caso, queremos intensificar as nossas ações voltadas para a questão da redução de emissão dos créditos de carbono. Um grande programa que temos desenvolvido é o Bahia Global que, fundamentalmente, dará condição de recuperação das nossas áreas de parque, plantando árvores no nosso parque e, posteriormente, estendendo esse plantio de árvores em outras áreas estratégicas ambientalmente. Pretendemos com esse programa, no mínimo, atingir em torno de 1.500 hectares de área plantada, com possibilidade de redução de 300 mil toneladas de CO₂. Realmente, isso é muito desafiador.

Por último, queremos evidenciar um aspecto que consideramos de fundamental importância nessa reestruturação do Estado... Queremos, inclusive, agradecer e parabenizar esta Casa pela sua lucidez, compreensão, forma correta e séria de olhar o ambiente, que contribuiu e vai contribuir, por certo, para melhorar todo o sistema, dando ao cliente-cidadão um só norte com relação à regularização e à legalização dessa situação ambiental.

Para encerrar, também queremos deixar uma sugestão. Futuramente, deve-se pensar na criação do Instituto de Floresta e de Unidade de Conservação para inclusive poder pleitear maior número de vagas, de pessoal, e ter mais tranquilidade nas nossas atuações. Além do mais, espero que o Dia Mundial do Meio Ambiente sirva para as nossas reflexões, no que se refere ao papel que desempenhamos enquanto cidadãos e que hoje a SFC – Semarh, Sema atualmente, nesse novo modelo, tenha resultados que venham dar resposta à sociedade conforme esperamos.

Agradeço a todos. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Juliano Matos):- Muito obrigado, Dr. Plínio Neto, pelos esclarecimentos.

Queria observar também, lembrando que existe um projeto de construção sustentável para a sede da Sema. A sede da Sema é consorciada. Inicialmente o projeto foi pensado com o SRH, que, literalmente, paga o aluguel todo mês, não é Dr. Júlio? Não tem uma sede fixa. Então, esse projeto foi desenvolvido assim.

Evidentemente, terá que ser um prédio inteligente, um concurso nacional, com projetos responsáveis, enfim, que nos tragam realmente uma referência, até para o próprio Centro Administrativo, enfim, acredito que aí é bem interessante.

Um outro ponto, só um informe, na realidade, amanhã, por exemplo, estarão sendo plantadas 225 mil mudas no Parque do Conduru pela neutralização do Festival de Verão, com o SOS Mata Atlântica. Então, somando-se com o Carnaval de Salvador, com o avião do governador já tem aí perto de um pouco mais de 300 mil mudas plantadas no Conduru nesse período. Essa conta tem que ser incorporada também.

Com a palavra o Dr. Eduardo Matedi, nosso superintendente de Políticas para a Sustentabilidade.

O Sr. EDUARDO MATEDI:- O tempo também é um recurso finito e está correndo. Então, procurarei ser breve. Vim com a tarefa de falar um pouquinho do papel de nós, os vinte da SDS – já que todo mundo falou dos seus quantitativos, a Superintendência para o Desenvolvimento Sustentável, que tem uma série de atribuições, possui vinte colaboradores. Trabalhamos com planejamento. Como o secretário Juliano costuma dizer, somos o periscópio, aqueles que têm de olhar adiante e pensar nos tempos de Estado, embora tenhamos de dar conta da realidade de governo.

Em relação aos instrumentos de planejamento, começamos as atividades com a Caravana Ciclo Ambiental, para a revisão da Legislação Ambiental, que acabou trazendo no seu processo essa alteração da organização do sistema, essa reforma administrativa, e também está servindo para a regulamentação da Lei de Meio Ambiente e da Lei de Recursos Hídricos.

Nós, os vinte da SDS, também nos deparamos com o desafio das ZEE, ou seja, com a tarefa de fazer o Zoneamento Ecológico e Econômico do Estado. Encontramos três estudos, conforme apontou o deputado Nelson Leal, e tínhamos desenvolvido um termo de referência baseado na tradição da ZEE, com os conceitos consagrados. E notamos que o déficit de planejamento deste Estado, sobretudo na área ambiental, nos trazia um desafio maior. Refizemos esses termos de referências, articulamos territórios de identidade, bacias e biomas – Júlio se referiu a essa questão.

E essa articulação será finalizada agora, com o Termo de Referência, que dará conta do Zoneamento Ecológico e Econômico, numa primeira etapa, do litoral e do oeste; numa segunda, até o fim do governo, de todo o Estado, articulado com o Plano Estadual de Meio Ambiente. É uma articulação também com o desenvolvimento dos indicadores que Beth já abordou aqui. Como trabalhamos com planejamento, acabamos tendo uma interlocução com todos que já falaram.

Nesse sentido, foi assinado pelo governador um acordo de cooperação com a France

Liberté, de Danielle Miterrant. E nós, juntamente com a Sedes, que trabalha com um indicador muito interessante, o IDF - Indicador de Desenvolvimento Familiar, estávamos trabalhando com a possibilidade de articulação do IDH com o ISA -

Indicador de Sustentabilidade Ambiental. Mas as contribuições da France Liberté ampliarão essa discussão.

Ainda na área de planejamento, temos o Plano Estadual de Enfrentamento das Mudanças Climáticas, para o qual foi firmado um acordo de cooperação técnica com a embaixada britânica, o que garantirá aporte técnico e financeiro através do Fundo Britânico Global. Isso já está assegurado e pronto, dependendo apenas das agendas do governador e do embaixador britânico para que seja assinado. Então, estamos também avançados nessa área.

Devo lembrar de que foi criada no mês passado a Coordenação Estadual de Gerenciamento Costeiro, que faz parte da estrutura da SPS, antiga SDS.

Fizemos também, já que eu estava falando de acordos internacionais, um acordo com a Itália, a UFBA e a Universidade da Insúbria para pesquisas das questões ambientais relacionadas ao biodiesel. Sabemos que a glicerina é um subproduto que deve ser co-produto e, juntamente com a UFBA e a Universidade de Insubria, conseguimos 1 milhão de euros do governo italiano, teremos que providenciar 30% para pesquisas com questões ambientais relacionadas ao biodiesel.

Também ainda na área de financiamento, ontem, no mesmo processo de votação aqui, foi aprovada a lei autorizativa, esta Casa autorizou um empréstimo de 10 milhões para o PDA, Plano de Desenvolvimento Ambiental, que fortalece esse processo de reformulação do sistema Sema, ele financia o sistema institucional e também o fortalecimento para a gestão das APAs, dos mananciais da Região Metropolitana de Salvador, Pedra do Cavalo e também a Lagoa Encantada Rio Almada.

Lá estamos articulados com outras secretarias na comissão que analisa, propõe e planeja a implantação de todo um complexo, porto, aeroporto, ferrovia, para aquela região, diversificando, descentralizando os investimentos para o desenvolvimento do Estado. Temos que ter tamanho e estatura para que a área ambiental possa dialogar com a área desenvolvimentista do Estado. O PDA foi aprovado aqui, são 10 milhões do BID e 6,7 milhões de dólares de contrapartida do Estado.

Estamos avançando também com um programa estadual de educação ambiental e a política estadual de educação ambiental com o fortalecimento da CIEA, Comissão Institucional de Educação Ambiental, fortalecendo as políticas setoriais para a juventude e povos de comunidades tradicionais, hoje uma ação puxada dentro da SRH, por sua característica de trato com as bacias e articulada na CIEA, por exemplo, a política para a juventude, temos de 14 a 29 anos um desenho, e temos de 11 a 14 anos, infanto-juvenil, o programa Jovens Ativistas, que foi um sucesso em Vitória da Conquista como piloto no primeiro ano de governo.

Agora, gerará editais para os três biomas, além da Chapada e um na Região Metropolitana de Salvador. São cinco editais para replicar com as devidas características de cada região essa atividade dos jovens ativistas, que formam lideranças dentro da infância e juventude preocupadas com o meio ambiente, que

estudam o seu município, estudam todas as questões ambientais do município durante um ano, e vão ser aqueles que provavelmente estarão nos substituindo nessa luta.

A nossa superintendência também é responsável pela participação, é a que coordena junto com as demais, a realização da IIª Conferência Estadual. Foi um sucesso e mobilizou mais de seis mil pessoas em todo o seu processo, entre as municipais e as 16 regionais, até chegarmos aqui à realização em Salvador e participar da IIIª Nacional com 60 delegados que tiveram lá um curso sobre as mudanças climáticas. Fizemos a adaptação da idéia de mudanças climáticas que o ministério tinha, aqui na Bahia foi território, sociedade e mudanças climáticas, inspirados por Milton Santos, que foi patrono da semana no meio ambiente do ano passado, este ano o patrono é Krajcberg, que recebeu nesta Casa, numa sessão memorável, o Título de Cidadão Baiano.

E não por acaso, deixando quase que por último a questão do Cepram, exercemos também a secretaria executiva do Cepram e conseguimos fazer com que estivesse menos ocupado com os processos de licenciamento, mais ocupado com resoluções. Ainda vamos focar mais nisso, mais preocupados com discussões capazes de orientar as políticas. O Cepram como órgão máximo do sistema deve discutir mais a política ambiental e ocupar-se menos na tarefa de processos, que cabe evidentemente, a cada órgão ambiental responsável, mas, a todo momento acompanhar.

Nós demos esse norte, essa orientação, dentro do Cepram, que é desejada por todos os conselheiros, e vamos realizar, ainda no segundo semestre, o TR, Termo de Referência, ficou pronto, para os três seminários que estamos chamando seminários de governo. Combinamos lá no Cepram realizar esses seminários chamando o Cepram, o Conselho Estadual de Meio Ambiente, chamando à responsabilidade, discutir as questões ambientais com as demais áreas de governo, aquelas questões que são cruciais para nós do Cepram.

Também está em discussão no Cepram, e assim vou finalizando, talvez o principal, juntamente com o ZEE, e o fortalecimento do CIEA, a terceira prioridade, não em ordem de importância, as três são prioridades, está no Cepram, provavelmente na próxima sessão a gente consiga aprovar a resolução do GEAC – Gestão Ambiental Compartilhada, o Célio tocou no assunto, então nós passamos pela tripartite, estamos discutindo na comissão tripartite a resolução sobre a gestão ambiental dos municípios, estamos discutindo no Cepram, nos antecipando àquilo que vai ser exigência, provavelmente, quando o artigo 23 tiver sua regulamentação definida, nos orientamos pelo que está previsto ali no projeto de lei e estamos, então, finalizando essa resolução que está gerando a política para municipalização da gestão ambiental, de forma compartilhada. O perigo é termos uma pulverização, um descontrole.

Então, o Estado, como Beth citou, precisa ter controle sobre o seu território, e os municípios precisam cumprir a sua função constitucional de fazer gestão ambiental.

O Ministério Público é um parceiro também, nós já tivemos algumas reuniões com a Dr^a Ana Luzia, e eu brincava com ela e dizia: vocês empurram e nós puxamos, e os municípios estão desejosos, a gente vem recebendo muitas visitas dos municípios, muitas solicitações, ansiosos de terem suas estruturas funcionando. Nós não estamos focando no licenciamento, é lógico que o que vem na frente é isso, mas nós estamos forçando, reforçando a idéia da gestão ambiental, das estruturas, a estrutura de conselho municipal, a estrutura de fundo, órgão gestor, formas de financiamento.

Aqui a discussão do ICMS ecológico, deputado, é essencial, para nos auxiliar, que aqueles municípios que desenvolvam melhor suas estruturas, seu trabalho sejam recompensados no ICMS ecológico.

Trabalhamos com a descentralização do Cerberos, o CRA tornou disponível, estamos trabalhando nisso, os município rodarão no mesmo sistema do CRA e saberão o que está acontecendo no Estado e o Estado saberá o que está acontecendo nos municípios. E aí, além do Cerberos, o SEAS, Sistema Estadual e Informações Ambientais tem um papel importantíssimo para tornar público e conjugar todo esse sistema. É um desafio grande. É nossa meta até 2010, daqui a pouquinho, já tá pertinho 2010, termos 100 municípios baianos dentro desse sistema. É a nossa meta.

Há um programa de capacitação, não só capacitação técnica, mas capacitação para governança. No mesmo espírito de capacitar técnicos, trabalhar com a gestão ambiental municipal, também trabalhando com a sociedade civil e com o corpo técnico das prefeituras. Nossa tabela prevista, dentro do GEAC, combina níveis de organização municipal com as atividades. Isso gera três níveis de enquadramento dos municípios, eles podem optar por um nível de organização. Então, os municípios que têm mais dificuldades e menos recursos podem optar por um nível mínimo e aqueles maiores e mais encorpados podem ter um nível máximo e até fazer convênios com o Estado para terem capacidade de licenciar, no município, atividades que seriam de competência do Estado.

Bom, quinze minutos se passaram, consumi um pouquinho desse recurso finito que é o tempo, e espero ter passado um pouco da idéia do que nós estamos fazendo, nós, os 20, na SDS.

Muito obrigado, secretário, muito obrigado, deputado Nelson Leal, muito obrigado, deputada Fátima Nunes, até esse momento presente nesta sessão, e obrigado a todos os demais aqui. (Palmas)

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Juliano Matos):- Muito obrigado, Eduardo Matedi com seus 20 que se multiplicarão.

Agora vamos abrir as inscrições para os deputados que vão fazer uso da palavra.

Com a palavra a deputada Fátima Nunes.

A Sr^a FÁTIMA NUNES:- Boa-tarde a todos e a todas, uma saudação especial ao nosso secretário que dirige esta sessão especial, saudar também os demais

companheiros da Mesa, a companheira Beth Wagner, o nosso companheiro do Ibama, Célio, o nosso deputado Nelson Leal, que neste momento está dando uma entrevista. Foi brilhante em convocar essa sessão especial; saudar o nosso representante dos ambientalistas e o representante também da indústria.

Geralmente, é o desafio: produzir sem mexer no meio ambiente ou mexer no meio ambiente e ter a produção, e como é que a gente faz essa gestão, compartilhada, compreendida e respeitada por aqueles e por aquelas que, muitas vezes, na cabeça, tem como prioridade o ganho, o lucro (“Eu preciso ter mais.”) E, para precisar ter mais, muitas vezes tem que desmatar mais, tem que cavar mais buracos, tem que alargar as margens dos rios, para que eles corram nas direções que atendam às necessidades das irrigações ou de outros projetos. E tudo isso é a tarefa da sociedade civil e do Estado. Regulamentar normas, portarias, decretos.

Por isso, quero parabenizar toda a explanação que foi feita por todos os órgãos presentes aqui. E, de certa forma, lamentar a ausência dos nossos deputados, embora seja dia de quinta-feira, final de semana, muitas atividades, porque nesta Casa, às vezes, para se votar qualquer projeto, nós ouvimos tanta aberração, tanto palavreado fora do lugar e num dia de tanta grandeza como esse de hoje, uma verdadeira aula para quem quer fazer um Brasil decente, uma Bahia equilibrada, com justiça social, com equilíbrio ecológico, com desenvolvimento sustentável, na verdade faltaram.

Então, eu vou propor ao presidente da sessão que solicite à Casa fazer uma cartilha dessa sessão de hoje. E as nossas taquígrafas estão de parabéns, porque certamente não perderam uma só palavra, para que cada um receba em seu gabinete a brilhante aula que foi passada para nós, os políticos, que representam o nosso povo e que temos a tarefa de fazer chegar, nos mais distantes rincões dessa nossa Bahia esses ensinamentos, essas normas e essas portarias. Porque nada se modificará para melhor, que é o nosso sonho, porque todo político que se elege, elege-se dizendo que vem para esta Casa ou que vai para o governo para fazer o melhor. E nada será feito melhor, se não houver o envolvimento, o conhecimento da sociedade civil organizada, do povão, porque senão as leis ficarão como leis mortas, frias, escondidas nas gavetas, ou então se transformarão em processos e cadeias, e isso não ajuda a nossa sociedade a viver bem, a ser feliz e a ter um ambiente saudável, eu, que acredito em Deus, da forma que ele nos ofertou, terra, mar e céu, para respirar e viver dignamente.

Queria aproveitar este momento também para registrar que o que mais me chamou a atenção e que me deixou satisfeita, as explanações que foram feitas pelos doutores, cientistas e gestores dos órgãos públicos estaduais, foi exatamente este olhar para a sociedade civil da Bahia, para este povo que por longos anos foi esquecido, discriminado e colocado de lado. Os ribeirinhos, os sem-terra, os assentados, os acampados, os indígenas, aqueles que nunca tiveram vez e nem voz, pelo menos para chegar perto de uma autoridade e dizer qual era seu pleito, quando muitas vezes vê tratores, máquinas poderosas desmatando, transformando a realidade da Bahia, e eles a pensar: como fica meu emprego? Como fica minha roça? Onde é que vou morar?

Não é à toa que temos tantos sem casa, que as perderam nas grandes barragens que foram feitas nessa nossa Bahia. Assim reclamam os que ainda sofreram com a construção das barragens da CHESF em Paulo Afonso, em Sobradinho. Já recebemos várias vezes aqui no nosso gabinete as pessoas que reclamam.

Então, esse equilíbrio entre o desenvolvimento que a gente precisa, a natureza que sofre e os humanos que vivem na região, que também sofrem, precisa ser bem pensado. Por último, queria deixar um desafio para a gente pensar. Eu sei que está na cabeça de todo mundo, porque aqui só tem gente comprometida com o meio ambiente. Nunca é demais a gente alertar para alguns pontos, e um dos que me preocupam, hoje, na agricultura familiar e na grande agricultura, é ver os helicópteros semeando, espalhando as inseticidas, as pesticidas, os venenos.

Muitos agricultores, às vezes, até simples, encontram uma forma de limpar sua roça com mais rapidez espalhando veneno, e depois levam para a feira o alimento. Será alimento ou veneno? E a gente não sabe porque é que, de uns tempos para cá, tantas mulheres têm sido acometidas por doenças, para as quais não foram encontradas a cura, como o câncer.

Então, não sei como vamos tratar esta questão dos agrotóxicos na agricultura. Eu me lembro que, estando no DNOCS, fiquei espantada com alguma coisa, até porque sou da agricultura do sertão, mais simples, familiar, dos menos favorecidos, e vi aqueles agricultores de Livramento, terra do deputado Nelson Leal, fazer a manga parir duas vezes por ano e fiquei pensando: seria possível fazer a mulher parir duas vezes por ano? E por que fazemos isso com as plantas?

Então, são questões que os cientistas vão desenvolvendo e avançando, e a gente vai imaginando: onde é que vamos parar? Desculpem se as minhas palavras, às vezes, destoam da sabedoria acadêmica. Na linguagem popular e no dia-a-dia da vida com o nosso povo, principalmente com o povão. Quando a gente procura conjugar os 4 verbos que o nosso ambientalista apresentou aqui – morar, trabalhar, circular, recriar, lazer – podemos também colocar mais este verbo: alimentar. Sem pão não há vida; sem água, não há vida.

Tenho certeza de que esse trabalho que os órgãos vão fazer... Ouvi muito bem os dois últimos oradores que trataram um pouco mais próximo desse “chamar a sociedade para tratar das questões e propor como vamos resolver esses conflitos”. Chamar para perto esses que, de fato, estão ali vivendo a situação e precisando ter um aporte do estado para fazer o manejo sustentável, seja da caatinga, seja das florestas, seja dos rios, seja das águas, para poder sobreviver com segurança, com sustentabilidade. Tenho certeza de que isso será possível quando a sociedade o compreender. Fomos educados para explorar, para tirar. E quando não repomos o que tiramos, como é que fica? Então, temos também que fazer esse trabalho. Não o faremos nos gabinetes, mas no meio do povão.

Queria aproveitar este momento para dizer que também no nosso gabinete estabelecemos esta semana como a do meio-ambiente. Fizemos ontem uma caminhada em Jeremoabo, também coloquei como prioridade levar o material

produzido pelo INGA SRH. Tenho buscado do doutor Júlio Rocha o que posso de material produzido. No gabinete não tenho essa sabedoria, nem essa capacidade de produzir rapidamente esse volume de material. Compreendo que todos esses ensinamentos, todas essas regras, normas e portarias têm que estar na mão do povo para que possa estudar, compreender e se comprometer. Havendo compromisso do povo e dos poderes públicos, aí, sim, vamos superar os desafios e ter de fato um ambiente saudável e sustentável. Muito obrigada. (Palmas)
(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Juliano Matos): - Muito obrigado, deputada Fátima Nunes, suas palavras são sempre muito adequadas e com rara e profunda legitimidade. Sempre que a escutamos, eu pelo menos fico muito impressionado, motivado, porque é de uma verdade impressionante.

Estava conversando com a mesa. Considerando o adiantado da hora, estamos aqui encaminhando para encerrar a sessão. Sei que muitos poderiam ainda querer se pronunciar, mas vou pedir a compreensão de todos. Já estamos às 18h35min. Então, vamos encerrar a sessão. Vou passar a palavra ao deputado, que é quem tem a prerrogativa para fazê-lo. É uma satisfação imensa, deputado.

Queria dizer, só para, realmente, finalizar, que agora começamos um novo sistema. Júlio, Beth, Matedi, Marcos, Cícero, que também está aqui, deputados, começamos um novo sistema. De qualquer forma nos despedimos de um sistema que terminou na terça-feira. Nesse primeiro ano desse sistema que passou, foi uma satisfação imensa estar com vocês, trabalhar com vocês. Vocês são companheiros de primeira ordem, de primeira grandeza. Estamos mais do que preparados para fazer desse novo sistema algo muito melhor. Vejam o entusiasmo da Beth, do Júlio, do próprio Plínio. Existem, sim, as disputas, mas são maravilhosas. São disputas que acabam fazendo realmente as coisas numa dinâmica bem interessante. Então, estamos todos de parabéns. Estamos recomeçando, renascendo no meio do governo, praticamente, mas recomeçando. Muito obrigado, um grande abraço. (Palmas)

O Sr. PRESIDENTE (Nelson Leal): - Queria aqui ler um convite do deputado Javier Alfaya. (Lê) *“Por motivos de compromissos previamente agendados, não poderei participar desta importante Sessão Especial. No entanto, aproveito, para além de parabenizar a Comissão de Meio Ambiente e todos os presentes pela realização desta atividade, convidar V.Ex^{as} a participarem da 2ª etapa do Seminário de Todos os Santos...”*

(Lendo) *“Seminário de Todos os Santos, com o tema: Ações do PAC – Saneamento e Despoluição, a realizar-se no dia 10 de junho de 2008 (terça- feira), às 09 horas no Auditório da faculdade de Arquitetura da Ufba.”*

Queria convidá-los também para no dia (Lê): *“17 de junho – terça-feira, às 9:30 hs, no Plenarinho da ALBA, com o apoio da Comissão de Meio Ambiente, da Semarh e Conservação Internacional/UFBA para o evento comemorativo do Ano Internacional de Recifes de Coral e do “mês” do meio ambiente com o tema: áreas*

marinhas protegidas e recifes de corais na Bahia.”. Vamos ter a presença do Dr. Juliano Matos, do Dr. Guilherme Dutra, diretor da Conservação Internacional no Brasil; do Dr. Ronaldo Freitas, gestor do Resex Corumbau e do Instituto Chico Mendes; e da Prof^a Dr^a Elizabeth Neves, do Instituto de Biologia da Ufba. Vai ser no dia 17 de junho, às 9h30min. Será uma atividade realizada pela Ufba, Assembléia e Câmara dos Deputados.

Eu queria, de forma muito especial, agradecer a presença de cada um dos senhores. Todos engrandeceram este evento com suas presenças. Quero agradecer à Dr^a Beth Wagner, agora diretora-superintendente do IMA; ao Dr. Irundi Edelweiss que mais uma vez se faz presente nesta Casa. Nós sempre defendemos, doutor, o desenvolvimento sustentável. Acreditamos que o país tem que crescer, o país precisa das suas atividades econômicas. Obviamente que temos que ter uma preocupação para que esses empreendimentos tenham responsabilidade ambiental. Enxergamos nos homens de visão que vêm para construir, alavancar e trazer o progresso como parceiros e como pessoas que vão ajudar a transformar a qualidade de vida do brasileiro.

Dr. Célio, mais uma vez, quero agradecer. O Ibama está muito bem administrado e representado aqui no Estado. Tenho só que agradecer a presença constante nos nossos eventos, parceiro de todos os momentos, de todas as horas. Essa relação institucional da Casa com o Ibama é de fundamental importância para o desenvolvimento da sociedade baiana e desta Casa Legislativa.

Quero agradecer ao nosso amigo Saraiva que mais uma vez se faz presente. Vamos começar esse segundo semestre, Saraiva, fazendo algumas atividades. Vamos sempre solicitar a sua presença aqui, o que vai ajudar e dignificar a nossa Casa.

Dr. Júlio Rocha, amigo e parceiro. Gosto de elogiar muito todos esses temas porque têm sido, realmente, a espinha mestra da Comissão, porque em todos os eventos que estamos realizando vocês estão aqui nos ajudando, prestigiando. Isso, de certa forma, ajuda a estruturar a Comissão.

O secretário eu não preciso nem falar. Este é o amigo de todos os momentos, de todas as horas. Eu estava dizendo há poucos instantes que a Comissão do Meio Ambiente é uma comissão extremamente sofrida, porque ela só sobrevive, só tem força quando tem o amparo também do Executivo, da sociedade civil organizada, senão fica muito difícil realizar eventos. Tenho certeza de que todos aqui trabalham com meio ambiente e sabem o quanto é uma atividade difícil e ao mesmo tempo importante. É ainda muito nova, a sociedade tem que entender que esse trabalho é de suma importância, apesar de ainda embrionário e apesar de ter grupos tradicionais de muitos anos.

Ainda não conseguimos ampliar isso para todas as camadas da sociedade. Talvez com a educação ambiental, as escolas começam a formar cidadãos para ter essa consciência. Tenho certeza de que as gerações futuras vão ter uma preocupação muito maior, porque hoje sem sombra de dúvida é uma das coisas mais importantes para a nossa continuidade. O Dr. Erundi disse que o grande problema é que somos

muitos, por isso não conhecemos a nossa força poluidora, é complicado. Então temos que estar todos imbuídos no sentido de preservar o planeta para que as gerações vindouras possam ter a mesma qualidade de vida que temos.

A deputada Fátima Nunes fala do alimento, realmente temos que ter tecnologias para continuar alimentando essa população que cada vez cresce mais, mas com tecnologias que visem a preservação do meio ambiente para vivermos de forma muito harmônica. Já falamos muito, não quero me estender mais.

Quero mais uma vez agradecer, em nome do Poder Legislativo, a presença das autoridades civis, das autoridades militares, das Sr^{as} e dos Srs. Deputados, da imprensa e declaro com o coração machucado encerrada a presente sessão. (Palmas)

Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/atividade-legislativa/sessoes-plenarias?inicio=68&quantidade=20&page=69&size=20>. Acesse e leia-as na íntegra.